



Textos PARA Discussão

n. 13

Cidades do Agronegócio no Oeste
Baiano

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Rui Costa

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

João Leão

**SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E
SOCIAIS DA BAHIA**

Eliana Boaventura

DIRETORIA DE ESTUDOS

Edgard Porto

EQUIPE TÉCNICA

Aline Patricia Santos Virgílio

Edmundo Sá Barreto Figueirôa

Ilce Maria Marques de Carvalho

Márcia da Silva Pedreira

COORDENAÇÃO DE DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Augusto Cezar Pereira Orrico

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO EDITORIAL

EDITORIA-GERAL

Elisabete Cristina Teixeira Barretto

EDITORIA DE ARTE E DE ESTILO

Ludmila Nagamatsu

REVISÃO

Calixto Sabatini

EDITORAÇÃO

Rita de Cássia Assis

Av. Luiz Viana Filho, 4ª avenida, 435, 2º andar, CAB, CEP 41745-002, Salvador - Bahia

Tel.: 55 (71) 3115-4704 Fax: 55 (71) 3116-1781 www.sei.ba.gov.br



SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO



CIDADES DO AGRONEGÓCIO NO OESTE BAIANO

A atividade agropecuária brasileira passou, nas últimas cinco décadas, por um processo de reestruturação que tem resultado em nova organização do território estadual e nacional. Motivada por fatores econômicos e geopolíticos, a expansão da fronteira agrícola moderna brasileira ocorreu em direção às áreas de cerrado, tendo a soja como principal cultura.

Essa reestruturação produtiva da agropecuária no Brasil tem também como característica a criação de novas demandas sobre as cidades das regiões de difusão do agronegócio, com incremento da urbanização e de processos urbanos e regionais. A expansão do setor de serviços para atender às atividades do campo tem sido o principal fator responsável pela urbanização da fronteira agrícola moderna. Por sua vez, é justamente essa redefinição da função das cidades para dar suporte à produção agrícola moderna que permite a reprodução do próprio campo.

Reconhecendo essa relação entre o urbano e a produção agroindustrial, Elias (2012) propõe uma nova categoria de análise do urbano, a qual denomina “cidades do agronegócio”, que define como centros urbanos nos quais se dá a gestão local ou regional do agronegócio globalizado, ou seja, um centro urbano que organiza esse espaço, com funções urbanas diretamente vinculadas a essa atividade.

Diversos estudos têm destacado a macrorregião oeste baiano como importante vetor de desenvolvimento do estado, com forte relação com os estados brasileiros da região central. A partir da década de 1980, o oeste baiano aparece como um espaço economicamente dinâmico no contexto das economias nacional e estadual, concentrando um dos mais promissores e modernos polos agroindustriais do estado, com crescente relevância na produção de grãos, destacando-se a soja, um dos cultivos de maior importância no agronegócio nacional. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PESQUISA AGRÍCOLA MUNICIPAL, 2016), no oeste baiano está concentrada 92% de toda a produção de grãos do estado, ressaltando-se que alguns estudos estimam que a região possua um grande potencial para expansão.

Com esse entendimento, o presente estudo tem como principal objetivo averiguar as possibilidades de avanço do agronegócio e os fluxos econômicos por ele gerados na região dos cerrados, de forma a dinamizar e promover o surgimento de novos centros urbanos no oeste baiano.

Busca-se também analisar as transformações no espaço urbano regional em função dos fluxos de bens e serviços intrarregionais decorrentes da expansão do agronegócio na região, assim como as funções que os centros urbanos podem assumir regionalmente, avaliando-se as principais limitações para seu desenvolvimento.

Para atingir essa finalidade, considera-se essencial a análise do oeste da Bahia no contexto da expansão da soja, que compreende o novo espaço denominado pela Embrapa de Matopiba e que agrega o oeste da Bahia, o sul do Maranhão, o Tocantins e o sudoeste do Piauí, configurando uma região reconhecida como uma das principais fronteiras agrícolas do país.

Na primeira seção do trabalho são apresentadas as características da área de estudo e do seu entorno, as quais evidenciam traços comuns no desenvolvimento da cultura da soja e outros grãos, compondo a fronteira agrícola brasileira. Nela são também analisadas as possibilidades de expansão da cultura da soja.

A segunda seção aborda o processo histórico de reestruturação produtiva da agropecuária no Mato Grosso e no oeste baiano. Como se tornou necessário retroagir no tempo para buscar entender os principais mecanismos que impulsionaram os processos de desenvolvimento e reestruturação, tomou-se como referência analítica o estado do Mato Grosso, por se tratar de um espaço geográfico em que a atividade já está em fase de consolidação e os seus reflexos já se fazem presentes de maneira mais explícita nas estruturas agrárias e urbanas da região.

Por fim, são apresentadas algumas reflexões que poderão subsidiar políticas públicas direcionadas para o setor ou mesmo para a região, em face do seu forte dinamismo e avanço setorial, indicando possíveis funções que as cidades do agronegócio de grãos na região oeste do estado podem assumir regionalmente. Por outro lado, são também analisadas as principais limitações ao processo de expansão da cultura em áreas da própria região, apontando suas implicações no desenvolvimento e na dinâmica das cidades.

CARACTERÍSTICAS DA ÁREA DE ESTUDO

Com o intuito de investigar a expansão das atividades do agronegócio e seus rebaixamentos no ordenamento urbano na região oeste da Bahia, foram definidos, como recurso metodológico, dois níveis de referência espacial. Em um primeiro nível está o oeste baiano, foco principal desse estudo. O segundo nível de análise abrange a região denominada Matopiba, composta por municípios dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, na qual está inserido o oeste baiano.

A região definida como Matopiba responde por parte significativa da produção de grãos do país e é atualmente considerada como a grande fronteira agrícola nacional. Sua delimitação foi realizada pela Embrapa¹, com o intuito de promover o seu desenvolvimento regional com a realização de pesquisas e transferências de tecnologias voltadas à qualificação e expansão das atividades agrícolas.

A produção de grãos é a principal atividade agrícola nessa região, atribuindo-lhe um aumento de importância no âmbito nacional, com 8% do valor total dos grãos produzidos no Brasil em 2013, além de apresentar avanço significativo frente às áreas tradicionais de produção. Dentre os grãos, destaca-se a soja, representando mais da metade de todo o valor da produção de grãos da região. Diante da predominância da soja, o estudo foca a análise no desenvolvimento de seu cultivo, avaliando as possibilidades de essa atividade econômica estar relacionada ao desenvolvimento urbano no oeste baiano.

A compreensão da dinâmica de expansão do agronegócio de soja nessa região é relevante pelo seu potencial de expansão, por contemplar áreas de produção de outros estados próximos às cidades do oeste baiano. Nesse sentido, o avanço dessas novas áreas pode resultar em impactos positivos para o crescimento das cidades do oeste baiano, na medida em que haja uma articulação a esse movimento expansivo, atraindo novas demandas para comércio e serviços locais, em particular aquelas voltadas para atender o agronegócio.

Com o objetivo de compreender a lógica de desenvolvimento das cidades do agronegócio em uma realidade mais consolidada, estabeleceu-se como parâmetro de

¹ Em 2015, foi criada a Agência de Desenvolvimento Regional do Matopiba com o objetivo de promover o desenvolvimento do agronegócio na região, focalizando três principais eixos: desenvolvimento tecnológico, infraestrutura e inovação. Entretanto, a agência ainda não entrou em operação

análise comparativa o estado do Mato Grosso, atualmente principal produtor de soja do país, onde o processo de ocupação já dá sinais de maturação e estabilização. Tal como o Matopiba, o Mato Grosso faz parte da grande região do cerrado brasileiro, onde a produção de grãos, com destaque para a cultura da soja, de expressiva relevância no âmbito nacional, é a principal atividade agrícola.



Figura 1: Referência Espacial da Análise

Fonte: Base espacial IBGE.

O Matopiba

O cultivo de grãos no Matopiba, quando comparado com o das demais áreas do cerrado brasileiro, ainda se mostra pouco representativo, visto que existe uma concentração expressiva dessa atividade nos estados do Mato Grosso e Goiás. Em que pese a menor representatividade da área em que se circunscreve o Matopiba, o crescimento vem ocorrendo a taxas bastante elevadas, mesmo considerando-se, estatisticamente, o efeito base característico da evolução de áreas novas e em franca expansão. De fato, no período entre 2001 e 2013, a taxa média anual de crescimento da produção de soja no Centro-Oeste foi de 8%, frente a 12% na região de Matopiba (PESQUISA AGRÍCOLA MUNICIPAL, 2016). Nesta região, exceto no oeste da Bahia, onde o cultivo da soja teve início na década de 1980, o agronegócio de grãos começou a ganhar expressividade em meados dos anos de 1990.

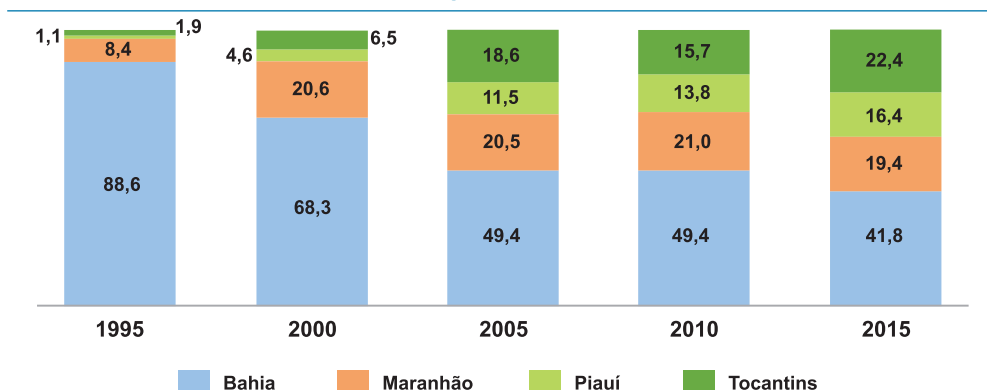
O aumento de representatividade das demais áreas do Matopiba (à exceção do oeste baiano) pode ser observado pelo acréscimo de suas participações na produção total de soja da região. Entre os anos de 1995 e 2015, o sudoeste do Piauí, sul do Maranhão e o Tocantins, conjuntamente, saíram de 11,4% para 58,2% de participação no montante total da soja produzida na região. Apesar do citado avanço, o oeste da Bahia ainda permanece como principal produtor de soja da região, mesmo apresentando menores taxas de crescimento da produção da área plantada (PESQUISA AGRÍCOLA MUNICIPAL, 2016).

Tabela 1 – Evolução da produção de soja dos estados do Matopiba – Milhões de toneladas

	1995	2000	2005	2010	2015
Bahia	1.702.911	1.508.115	2.401.872	3.112.929	4.513.633
Maranhão	162.375	454.781	996.909	1.322.363	2.099.507
Piauí	20.199	100.963	559.545	868.493	1.772.722
Tocantins	36.471	144.362	905.328	991.326	2.418.367
Total	1.921.956	2.208.221	4.863.654	6.295.111	10.804.229

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (2016).

Gráfico 1: Evolução da participação relativa dos estados na produção de soja do Matopiba – 1995 a 2015



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (2016).

O oeste da Bahia

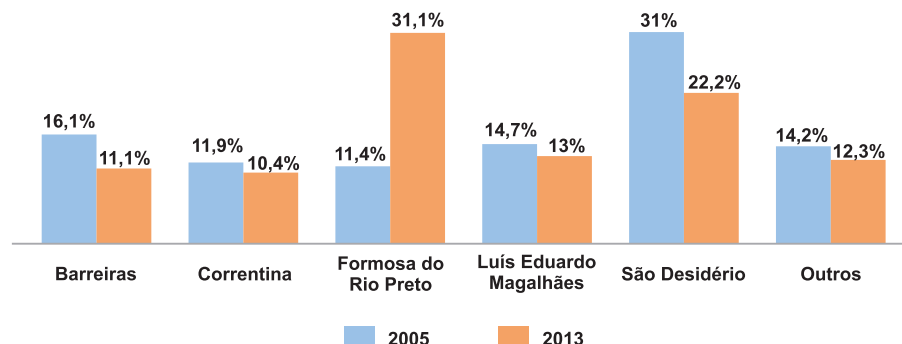
No oeste da Bahia, o dinamismo da economia foi impulsionado pela inserção e expansão da cultura da soja, amplamente estimulada por subsídios governamentais que possibilitaram o alcance sistemático de ganhos de produtividade com a incorporação de avançadas tecnologias no seu cultivo.

Pelas suas características edafoclimáticas e pelo elevado padrão tecnológico do seu processo produtivo, o oeste baiano transformou-se, ao longo dos últimos 35 anos, no maior polo produtor de grãos do estado, em grande parte, direcionados para a exportação. O grau de especialização regional fez com que tal produção representasse, em 2013, segundo dados do IBGE, 94,0% de todo o valor da produção agrícola gerado nessa região (PESQUISA AGRÍCOLA MUNICIPAL, 2016). Por outro lado, em termos estaduais, nesse mesmo ano, a riqueza regional produzida respondia por 7,0% do produto interno bruto da Bahia e por 33,5% do valor agregado da agropecuária baiana, o que demonstra o tamanho desse setor e a sua importância para a geração regional de divisas (PESQUISA AGRÍCOLA MUNICIPAL, 2016).

Nessa região, apenas dois produtos (algodão herbáceo e soja) respondem por quase 80% do valor de produção dos grãos. Entre os principais municípios produtores de soja, encontram-se Formosa do Rio Preto e São Desidério, detendo, respectivamente, 31% e 22% do total da produção. No período recente, Formosa do Rio Preto foi o município que mais expandiu sua produção, apresentando-se como o principal vetor de crescimento.

Segundo dados da Pesquisa Agrícola Municipal (2016), em 2013, a participação dos municípios baianos no contexto da produção do Matopiba se mostrou bastante

Gráfico 2: Participação dos municípios na produção de soja do Oeste Baiano em 2005 e 2013



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (2016).

expressiva. Dentre os 15 maiores produtores desse recorte territorial, sete correspondem a municípios do oeste baiano. Em conjunto, eles responderam, no referido ano, por 40% da produção. Foram eles: Formosa do Rio Preto, São Desidério, Luís Eduardo Magalhães, Barreiras, Correntina, Riachão das Neves e Jaborandi.

Tabela 2 – Maiores Produtores de Soja do Matopiba – 2013

Municípios	Quantidade produzida (mil toneladas)	%	% Acumulado
15 maiores municípios	4.819	65,5	
1. Formosa do Rio Preto (BA)	859	12,6	12,6
2. São Desidério (BA)	613	9,0	21,6
3. Balsas (MA)	386	5,7	27,3
4. Luís Eduardo Magalhães (BA)	358	5,3	32,5
5. Tasso Fragoso (MA)	322	4,7	37,2
6. Barreiras (BA)	308	4,5	41,8
7. Correntina (BA)	287	4,2	46,0
8. Baixa Grande do Ribeiro (PI)	265	3,9	49,9
9. Campos Lindos (TO)	214	3,1	53,0
10. Uruçuí (PI)	190	2,8	55,8
11. Ribeiro Gonçalves (PI)	146	2,1	57,9
12. Riachão das Neves (BA)	136	2,0	59,9
13. Jaborandi (BA)	129	1,9	61,8
14. Mateiros (TO)	126	1,8	63,6
15. Sambaíba (MA)	123	1,8	65,5
Demais municípios	2.355	34,5	100,0
Total	6.818	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (2016).

Do ponto de vista da produção e da área dedicada às lavouras de soja, torna-se evidente a importância do oeste para a atual configuração do Matopiba. Por outro lado, o cenário de expansão da produção nas demais áreas deste território cria a expectativa de que a dinâmica e o avanço produtivo venham a estimular significativamente o desenvolvimento de cidades do agronegócio localizadas no oeste do estado.

Tendo-se em vista a presença de núcleos urbanos relevantes, como Luís Eduardo Magalhães e Barreiras, ambos com uma oferta mais desenvolvida de serviços e comércio voltados para o agronegócio, o oeste pode incrementar ainda mais seus centros urbanos e até induzir a implantação e/ou desenvolvimento de outros. A efetivação de tal tendência é possível com a provável expansão das demandas

oriundas das áreas onde há ampliação do cultivo da soja, tanto dentro da Bahia quanto nas demais áreas do Matopiba.

Na perspectiva estadual, os municípios baianos contidos no Matopiba conformam uma região muito heterogênea em termos de desenvolvimento. Verifica-se que 92,5% do seu valor agregado agropecuário, em 2013, se concentrava em cinco municípios: São Desidério (39%), Barreiras (23%), Luís Eduardo Magalhães (13%), Formosa do Rio Preto (11%) e Riachão das Neves (6%) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016). Esses municípios estão sob a área de influência das BRs 242 e 135, e se localizam no centro-noroeste da região. Cada um dos demais municípios da região não alcança mais do que 0,2% do valor agregado do setor.

Perspectivas de expansão da produção de soja

Mercado mundial

A soja é uma importante *commodity* agrícola e tem como principais características ser um produto básico, homogêneo, com baixa diferenciação e baixo valor agregado. Produzida em larga escala por um grande número de agricultores e empresas, o seu processo de negociação e a sua comercialização são definidos em nível mundial e dominados por grandes *tradings*. Com essas características, para se estudar as perspectivas de expansão da produção de soja, seja no Brasil, no Matopiba ou especificamente na Bahia, torna-se imprescindível o conhecimento do comportamento do produto e do seu mercado.

A produção mundial de soja concentra-se atualmente em apenas três países: Estados Unidos, Brasil e Argentina, os quais são detentores de cerca de 82% do volume produzido. Outros quatro países também se destacam na produção mundial: China, Índia, Paraguai e Canadá. Assim, juntos, esses sete países representam 95% da produção mundial da oleaginosa, segundo dados do United States Department of Agriculture (2015).

Sob o ponto de vista dos países importadores, a China e a União Europeia respondem juntas por 75,6%, sendo que apenas a China demanda quase 65% das importações mundiais da soja em grão, revelando sua grande importância no mercado mundial da oleaginosa. Vale salientar que a China é a maior compradora da soja produzida no Brasil. Dessa maneira, qualquer oscilação na economia chinesa que comprometa o fluxo da sua demanda por soja pode influenciar sobremaneira o quadro de oferta e demanda mundial dessa *commodity*.

Apesar da grande relevância da China no mercado da soja em grão, o país asiático não é o principal importador dos subprodutos da oleaginosa, a exemplo do farelo e do óleo. Detentora de grande capacidade de industrialização, a China concentra suas compras no produto *in natura*, adicionando valor ao produzir internamente o farelo e o óleo.

Segundo a Organisation for Economic Co-Operation and Development e a Food and Agriculture Organization of the United Nations (2015)², sob o ponto de vista do comércio agrícola mundial, a expansão das economias asiáticas continuará liderando a maior parte do consumo adicional de alimentos, enquanto o crescimento da população, combinado com o aumento da renda, deve elevar os níveis totais de consumo na África. Em contraste, prevê-se aumento limitado do consumo de alimento nas regiões desenvolvidas e taxas de crescimento reduzidas no setor de biocombustíveis. Relativamente ao grupo de oleaginosas, a demanda por

² Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

proteínas, ao provocar a elevação dos requerimentos necessários à sua produção, a exemplo da soja, favorecerá a expansão da sua produção, principalmente no Brasil (ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT; FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS, 2015). Como se sabe, a soja é uma matéria-prima essencial na fabricação de rações para animais e adquire importância crescente na alimentação humana.

No que tange aos ofertantes, a fonte do departamento americano aponta que, embora as projeções evidenciem um crescimento das exportações de soja dos EUA, a competição da América do Sul resultará em uma redução da participação norte-americana no comércio global do produto de 38%, em 2016/2017, para cerca de 33%, em 2025/2026.

O Brasil, os Estados Unidos e a Argentina se destacam como principais exportadores de soja, detendo mais de 85% do volume exportado. Tal situação deverá permanecer em 2025/2026. O Brasil deverá participar com 46% do mercado, ampliando suas exportações em cerca de 47% nos próximos 10 anos. A expansão da exportação brasileira de soja ocorrerá preponderantemente em direção à China. As compras deste país, juntamente com outras do mercado asiático, serão responsáveis por cerca de 80% das exportações brasileiras de soja e derivados (UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE, 2015).

No que tange ao farelo de soja, a Argentina deverá se manter como maior exportadora, abarcando mais de metade do comércio global do produto. O Brasil permanecerá como segundo maior exportador, com um pequeno ganho de quota de mercado no comércio global, seguido pelos Estados Unidos, cuja participação tende a cair.

Evolução e tendência da soja no Brasil

Apesar de a soja ser o principal produto focado neste trabalho, será apresentada uma visão geral sobre a produção de grãos no Brasil.

De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), as projeções para a safra 2025/2026 apontam para uma produção de grãos de 255,3 milhões de toneladas, representando um acréscimo de 39% em relação à safra 2015/2016, a qual alcançou 184 milhões. Esse aumento corresponde a uma taxa de crescimento de 2,5% ao ano, percentual pouco abaixo do observado nos últimos dez anos, que foi de 2,6%. A área plantada deverá se expandir em 1,3% ao ano, alcançando um total de 65,5 milhões de hectares. As culturas de milho, soja e trigo deverão continuar puxando o crescimento total da produção de grãos. As projeções apontam para aumento acentuado da área plantada de soja e redução das áreas de arroz e feijão. As culturas de milho e de trigo também terão expansão mais modesta de suas áreas. Conforme relatório do MAPA (BRASIL, 2016), esse avanço exigirá um grande esforço de investimento em infraestrutura, pesquisa e financiamento.

Tabela 3: Pojeção da produção e área plantada de grãos – Brasil – 2016/2017 – 2025/2026

Ano	Produção (mil toneladas)	Área (mil hectares)	Ano	Produção (mil toneladas)	Área (mil hectares)
2016/2017	208.148	58.056	2021/2022	233.405	62.128
2017/2018	210.825	58.848	2022/2023	238.910	62.992
2018/2019	217.351	59.559	2023/2024	244.372	63.860
2019/2020	222.355	60.419	2024/2025	249.852	64.727
2020/2021	228.009	61.562	2025/2026	255.325	65.594

Fonte: Brasil (2016).

Ainda segundo o MAPA (BRASIL, 2016), a expansão da produção de grãos nos próximos dez anos será impulsionada pela produtividade, dado que há uma previsão de crescimento de 30% na produção e de apenas 12,7% na área plantada. Entre os grãos, os maiores ganhos de produtividade devem ocorrer nas culturas de arroz, milho e algodão. A produtividade média da soja deve ficar em 3,0t/ha em 2025/2026.

A demanda interna, juntamente com as exportações, associada aos ganhos de produtividade, deverá ser o principal fator de crescimento na próxima década. O Brasil deverá manter a sua relevância nesse segmento, com tendência de elevação da sua participação no mercado mundial de soja, milho, carne bovina, carne de frango e carne suína.

Entre os grandes produtores, o estado do Mato Grosso continuará liderando no país a expansão da produção de milho e soja, com aumentos previstos na produção de 41,5% e 37,1%, respectivamente. Mas a soja apresentará forte expansão nos estados do Norte, especialmente Tocantins, Rondônia e Pará (BRASIL, 2016).

A região denominada Matopiba deverá ter aumento significativo da área plantada, com conseqüente crescimento da produção de grãos. Os quatro estados que compõem a região poderão atingir uma produção de 24,4 milhões de toneladas de grãos nos próximos dez anos, em uma área plantada situada entre 7,8 milhões e 10,3 milhões de hectares, em 2025/2026. Os estados da Bahia e do Tocantins deverão liderar o crescimento da produção de milho nos próximos anos.

As áreas ocupadas na região do Matopiba apresentam características essenciais para a agricultura moderna. São planas e extensas, com solos potencialmente produtivos, adequada pluviometria e clima propício, com elevada intensidade de sol. A maior limitação são as precárias condições de logística, especialmente transporte terrestre, portuário, comunicação e, em algumas áreas, ausência de serviços financeiros (BRASIL, 2016).

No que tange especificamente à soja, conforme a Pesquisa Agrícola Municipal (2016), para o ano de 2013, a produção do país atingiu 81,7 milhões toneladas, ocupando uma área de 27,98 milhões de hectares. A produção nacional é liderada pelos estados de Mato Grosso, com 28,7%; Paraná, com 19,5%; Rio Grande do Sul, com 15,6%; Goiás, 10,9%; Mato Grosso do Sul, 7,1%; Minas Gerais, 4,1%; e Bahia, 3,4%. Ressalta-se que a produção de soja está migrando para novas áreas no Maranhão, Tocantins, Pará, Rondônia, Piauí e Bahia, que, conforme dados da Conab, em 2015/2016, respondiam por 9,2% da produção brasileira, correspondendo a 8,8 milhões de toneladas (ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BRASILEIRA DE GRÃOS, 2016; BRASIL, 2016).

Tabela 4: Principais estados produtores de soja – Brasil – 2013

Brasil e unidade da federação	Soja (em t)	%
BRASIL	81.724.477	100,0
Mato Grosso	23.416.774	28,7
Paraná	15.937.620	19,5
Rio Grande do Sul	12.756.577	15,6
Goiás	8.913.069	10,9
Mato Grosso do Sul	5.780.519	7,1
Minas Gerais	3.375.690	4,1
Bahia	2.765.533	3,4
TOTAL	72.945.782	89,3

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (2016).

Para 2025/2026, as projeções apontam uma produção de 129,2 milhões de toneladas de soja, representando um acréscimo de 35,1% em relação à safra de 2015/2016. Esse percentual situa-se abaixo do crescimento dos últimos dez anos no Brasil, que foi de 66,0% (ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BRASILEIRA DE GRÃOS, 2016).

No que tange ao mercado, tal como os grãos em geral, a demanda interna, juntamente com as exportações e os ganhos de produtividade, deverá ser o principal fator de crescimento da próxima década. Para a safra 2025/2026, 41,4% da produção de soja deve ser destinada ao mercado interno, que atualmente abarca 45,6%. A soja brasileira deverá participar com 47,5% nas exportações mundiais em 2025/2026. Haverá, assim, uma dupla pressão sobre o aumento da produção nacional, devido ao crescimento do mercado interno e das exportações do país.

A soja deverá se expandir por conta do avanço da sua fronteira, ocupação de terras de pastagens, e pela substituição de lavouras onde não há terras disponíveis para serem incorporadas. Entretanto, a tendência é que a expansão ocorra principalmente sobre terras de pastagens naturais.

A área de soja deve ter um aumento de 10,0 milhões de hectares nos próximos dez anos, chegando, em 2026, a 43,2 milhões de hectares, um acréscimo de 30,2% sobre a área atual. A lavoura da soja é a que deve ter a maior expansão de área plantada na próxima década. Esses dados apontam para uma taxa de crescimento de 2,7% a.a. Apesar de elevado, esse índice situa-se bem abaixo da taxa média anual observada nos últimos dez anos, que foi de 5,8%. Ressalta-se, entretanto, que, segundo os técnicos da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (2016 apud BRASIL, 2016), devido à pressão crescente contra avanços em áreas nativas, a expansão total das áreas de soja no país nos próximos anos deve ocorrer num cenário conservador, com um crescimento da ordem de 1,0% a.a.

Estima-se que o aumento deva ocorrer em áreas de grande potencial produtivo, como as regiões de cerrado compreendidas no Matopiba. O Mato Grosso deverá perder força nesse processo, devido principalmente aos preços das terras no estado, que são mais que o dobro dos verificados nos estados do Matopiba. Vale ressaltar que, como o cultivo da soja requer áreas de grande extensão, o preço da terra é um fator decisivo.

Estudo da Associação dos Irrigantes da Bahia (2015) para o oeste baiano aponta, nos próximos 25 anos, um crescimento médio anual das áreas de soja, milho e algodão de 4%, 6% e 5%, respectivamente. Trata-se de uma projeção otimista, respeitados os limites ambientais e o código florestal vigente. Isto significa que, em 2037/2038, a área total ocupada com essas culturas será de cerca 5,2 milhões de hectares, liderada pela soja, com 3,15 milhões de hectares.

Em relação ao Matopiba, os dados de projeção da Conab, ilustrados a seguir, apontam que a expansão da área plantada com soja nessa região será liderada por seis municípios (Balsas e Tasso Fragoso, no Maranhão; Campos Lindos, no Tocantins; Baixa Grande e Uruçuí, no Piauí; e Formosa do Rio Preto, na Bahia). Esses municípios se caracterizam por uma ocupação mais recente do agronegócio da soja e apresentam uma maior disponibilidade de área (ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BRASILEIRA DE GRÃOS, 2016).

No caso do oeste baiano, Formosa do Rio Preto ganhou relevância na produção soja a partir de meados dos anos 1990, em contraposição a Barreiras, Luís Eduardo Magalhães (desmembrado de Barreiras em 2000) e São Desidério, cujas ocupações com a moderna agricultura de grãos se iniciaram nos anos 1980, sugerindo

um processo mais consolidado, com o crescimento da produção impulsionado pelo incremento da produtividade. Por outro lado, a previsão de expansão mais intensa em direção aos estados de Maranhão, Piauí e Tocantins reforça a tendência de ocupação no sentido norte do país.

Tabela 5: Projeções de grãos e soja – Matopiba – 2015/2016 - 2025/2026

Unidade Espacial	Produção (mil t)			Área plantada (mil ha)		
	2015/16	2025/26	Var.%	2015/16	2025/26	Var. %
Matopiba - Grãos	12.763	24.409	91,3	6.863	7.806	13,7
Soja - Municípios selecionados	4435	6021	35,8	1746	2260	29,4
Balsas - MA	470	693	47,3	183	260	41,7
Tasso Fragoso - MA	425	613	44,4	151	220	45,8
Campos Lindos - TO	254	368	44,8	81	116	44,1
Baixa Grande do Ribeiro - PI	438	639	45,9	183	266	44,9
Uruçuí - PI	254	331	30,1	122	175	44,1
Barreiras - BA	359	360	0,4	147	149	1,2
Formosa do Rio Preto - BA	1028	1370	33,2	426	590	38,5
Luís Eduardo Magalhães - BA	424	551	30,0	170	183	7,7
São Desidério - BA	783	1096	40,1	283	301	6,4

Fonte: Brasil (2016).

Nota: Região localizada no Brasil central formada pelos estados do MA, TO, PI, BA.

ANÁLISE DAS FUNCIONALIDADES E DA RELAÇÃO ENTRE O AGRONEGÓCIO DA SOJA E AS CIDADES

O agronegócio e a reestruturação urbana e regional

A atividade agropecuária brasileira passa por um processo de reestruturação que tem como principais características o incremento crescente de tecnologia nos processos produtivos e, conseqüentemente, a sua mecanização progressiva. Altamente relevante e indutor dos avanços sistemáticos está a mundialização dos vínculos comerciais, fruto do estreitamento de suas relações com o mercado global através de sua inserção no comércio internacional de *commodities*. As transformações desse setor têm não somente promovido mudanças nas bases técnicas, mas também transformado as relações sociais de produção no campo. Elas geram expressivos impactos sobre diversos espaços agrícolas e urbanos do país, os quais são reorganizados para que se tornem funcionais à realização do agronegócio no interior, em especial nas áreas de cerrado.

Segundo Elias (2012), tal reorganização espacial traz como consequência um fortalecimento da urbanização e cria processos de reestruturação urbana e regional, resultando na formação ou consolidação de regiões produtivas agrícolas (RPA), as quais correspondem a vastos territórios produtivos do agronegócio globalizado, composto por espaços agrícolas e urbanos. Nessas regiões encontram-se os focos dinâmicos da economia agrária moderna, e é dentro delas que estão difundidos diversos ramos do agronegócio mundial.

Pelo interior das RPAs perpassa parte do circuito de produção do agronegócio. Isso acontece porque as atividades agrícolas e agroindustriais desenvolvidas nessas regiões são comandadas por grandes empresas multinacionais e nacionais que operam em escala mundial. Nesse sentido, a realização das atividades do agronegócio acontece, ao mesmo tempo, dentro de uma ordem global e local, pois as regiões produtoras estão intimamente conectadas aos centros de decisão e consumo em nível internacional.

É possível perceber essa dinâmica através dos fluxos gerados pela atividade de cultivo de soja, que possui parte de seus insumos oriunda de locais distantes das RPAs (em outros estados do país ou mesmo em outros países), como é o caso de maquinários agrícolas, fertilizantes e sementes específicas. Outra parte é originária da própria localidade ou de cidades vizinhas, como a contratação de mão de obra e algumas prestações de serviços. Além disso, a fase de processamento, que geralmente se inicia dentro das próprias fazendas, pode se estender até para outros países, e a distribuição se espalha por diversas outras territorialidades, abrangendo desde locais vizinhos à plantação até regiões consumidoras internacionais. As escalas regionais estão atreladas às escalas mundiais, de modo que o território se organiza conforme os interesses e as recomendações desse mercado globalizado. Nesse sentido, esses lugares estão cada vez mais abertos às intervenções externas de grupos hegemônicos do setor.

A reestruturação produtiva da agropecuária no Brasil tem também como característica a criação de novas demandas sobre as cidades das regiões de difusão do agronegócio (RPA), principalmente aquelas relacionadas com as atividades produtivas. Como consequência, observa-se o incremento dos setores de comércio e serviços especializados para a agropecuária e para as demandas pessoais nos espaços urbanizados da região, localizados próximos às áreas de cultivo.

Essas principais demandas estão relacionadas com os aportes técnicos de mão de obra, de serviços contábeis e financeiros, jurídicos e outros necessários. A consequência direta dessa dinâmica é a expansão da economia urbana, visto que parte do circuito global do agronegócio se realiza dentro dessas cidades. Elas se tornam fundamentais para que esse circuito se realize. Quanto maior a expansão da área de cultivo das *commodities*, maiores se tornam as demandas, implicando uma maior necessidade/estímulo ao surgimento de novas cidades com esse perfil. A expansão do agronegócio contribui, portanto, para o aparecimento de áreas cada vez mais urbanizadas e funcionalmente relacionadas com a realização de suas atividades.

À medida que se torna mais complexa a reestruturação produtiva da agropecuária, e conseqüentemente mais complexa a formação de agroindústrias (com fluxos de produção cada vez mais globalizados), intensificam-se as relações entre o campo e a área urbana. Esses dois espaços passam a compartilhar com maior intensidade um fluxo material e de informações, tornando-os mais próximos e complementares. A consequência direta dessa dinâmica é a expansão das áreas urbanizadas (ELIAS, 2012).

Cidades do agronegócio

Reconhecendo essa relação entre o urbano e a produção agroindustrial, Elias (2012) propõe uma nova categoria de análise do urbano, a qual denomina “cidades do agronegócio”, centros urbanos atrelados às atividades agrícolas e agroindustriais circundantes “[...] nos quais se dá a gestão local ou regional do agronegócio globalizado [...]”, ou seja, é um centro urbano que organiza esse espaço, com funções urbanas diretamente vinculadas a essa atividade. Elias (2012) destaca ainda que não basta a cidade estar inserida em uma região de produção agrícola (RPA) para ser classificada como uma cidade do agronegócio. O que a caracterizaria e a distinguiria de outro espaço urbano seria justamente uma hegemonia das funções inerentes às redes agroindustriais sobre as demais funções urbanas.

Quando se analisam as cidades vinculadas ao agronegócio, particularmente à produção da soja, identificam-se duas tipologias relacionadas à existência das cidades, com características que as distinguem dos estágios anteriores ou posteriores

à expansão da fronteira agrícolas nas regiões analisadas. No primeiro grupo estão as cidades situadas em municípios existentes antes da expansão da fronteira agrícola. Com localização privilegiada, a função desempenhada por essas cidades ao longo das sucessivas divisões territoriais do trabalho as tornou importantes centros regionais, nos quais as funções urbanas se superpõem às demandas da agricultura moderna. No segundo grupo estão as cidades em municípios criados depois da expansão da fronteira agrícola. Essas cidades já surgem com o predomínio da população urbana, e suas mais importantes funções estão direcionadas às redes agroindustriais.

Ao analisar as principais cidades nas regiões produtoras agrícolas (RPAs), Frederico (2011) observa que existe uma relação entre modernização agrícola e aumento da urbanização. Assim, quanto maior a especialização produtiva do campo e seu conteúdo em ciência e informação, maior será a simbiose entre campo e cidade. Como consequência, verifica-se o crescimento e expansão dos espaços urbanos próximos às áreas de produção, constituídos como nós das redes de relações desse agronegócio.

Nas denominadas “cidades do agronegócio” se concentram os principais serviços, produtos e agentes (consultores, empresas, bancos, dentre outros), que atendem às demandas da produção em virtude de fornecerem parte dos aportes técnicos, financeiros, jurídicos, de mão de obra e de todos os demais produtos e serviços necessários à sua realização.

Conforme Frederico (2011), nas cidades do agronegócio o número de pessoas ocupadas nas diferentes profissões ligadas ao campo moderno se distribui de forma piramidal. Na base concentram-se as ocupações ligadas às atividades com menor conteúdo em informação. Um pouco acima da base, mas ainda bastante numerosos, encontram-se os técnicos agrícolas, mecânicos e de transporte. Próximos do topo da pirâmide estão profissionais com maior qualificação, como agrônomos, engenheiros e gerentes. E no topo da pirâmide agrupam-se os profissionais ligados à produção da informação, no caso os “pesquisadores das ciências da agricultura”. Essa multiplicidade de profissionais só é encontrada nas maiores cidades, embora, na maioria das cidades do agronegócio, não se identifique a presença dos segmentos superiores. Observa-se ainda que o número de trabalhadores formais ligados à agricultura é extremamente pequeno, principalmente quando comparado ao número de hectares cultivados nos municípios.

Com o objetivo de compreender a evolução e dinâmica associada às “cidades do agronegócio” na Bahia, tomou-se como referência o processo de desenvolvimento das cidades no Mato Grosso, acreditando que existem algumas semelhanças na lógica do desenvolvimento dessas duas regiões face às características das atividades nelas desenvolvidas.

A compreensão desse marco teórico contribui para a análise das cidades do oeste baiano, pois estas estão se desenvolvendo em um contexto de expansão do agronegócio de soja na região. Entendê-las a partir dessa análise contribui para melhor identificar que tipos de fluxos econômicos têm chances de serem atraídos, quais as funções que elas podem assumir regionalmente e quais as principais limitações que podem surgir para o seu desenvolvimento.

Parâmetro referencial: o caso do Mato Grosso

Algumas cidades localizadas no Mato Grosso servem como exemplos quando o objetivo é compreender a dinâmica das cidades do agronegócio e de uma região de produção agrícola, tendo em vista que nesse estado se concentra parte relevante

do cultivo de grãos do país (principal produtor de soja), sendo considerado um dos locais mais promissores do agronegócio nacional. Nesse sentido, o estudo utiliza como recurso metodológico, com os devidos cuidados que a análise requer, o caso do estado do Mato Grosso como um parâmetro/referencial para ajudar a compreender os casos das cidades do oeste baiano.

No Mato Grosso, o avanço do agronegócio tem gerado grande dinamismo econômico, e isso tem estimulado o crescimento e adensamento da oferta de serviços em algumas cidades. Apesar de ser um processo ainda não plenamente consolidado, as áreas de cultivo desse estado oferecem elementos que possibilitam a compreensão da relação entre as atividades do campo moderno e a dinâmica e função das cidades que se desenvolvem dentro desse contexto. Acredita-se que, por serem áreas de produção mais consolidadas em termos de atividade de cultivo de grãos, elas podem oferecer pistas sobre a lógica geral de desenvolvimento e funcionamento das chamadas “cidades do agronegócio”, contribuindo para a compreensão da dinâmica das cidades que estão se desenvolvendo no oeste baiano.

Para efeito da pesquisa, tomou-se como referência um conjunto de cidades que guardam em seus processos históricos de ocupação uma associação direta com as áreas de cultivo de soja. Foram identificadas sete cidades localizadas nas regiões onde o cultivo da oleaginosa é mais desenvolvido e que apresentam grandes volumes de produção e áreas cultivadas. São elas: Primavera do Leste, Campo Verde, Campo Novo do Parecis, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop. Dessa maneira, ao se observar o cartograma a seguir, que mostra a distribuição espacial da intensidade de área cultivada de soja no estado, nota-se que as cidades selecionadas estão contidas nas regiões de maior incidência. Para uma compreensão mais sólida dessas cidades e de como se estabelecem suas relações com o avanço do agronegócio no Mato Grosso, analisaram-se informações sobre três aspectos principais: os processos de ocupação e produção ocorridos ao longo do tempo, a conformação atual da rede de cidades no estado e a dinâmica econômica dos municípios selecionados.

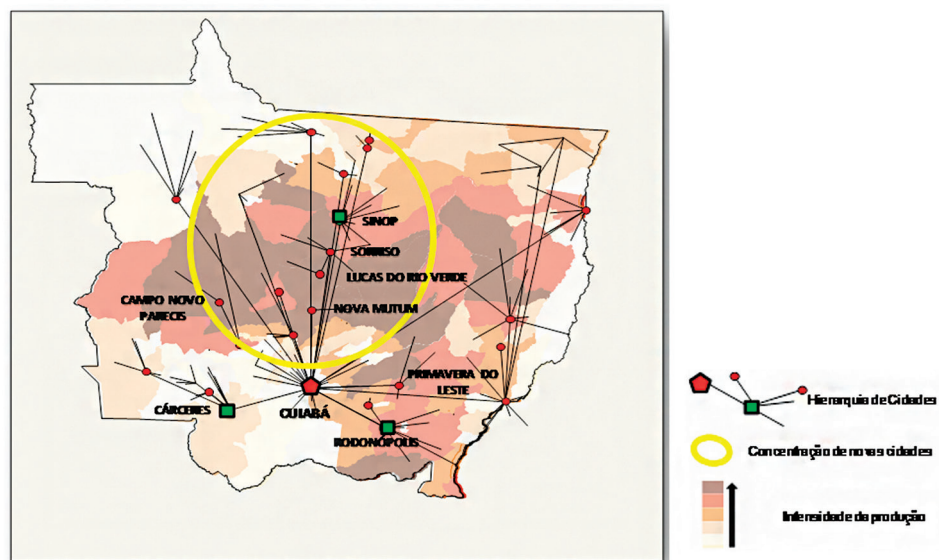


Figura 2: Cultivo de soja e principais cidades do Mato Grosso

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2008) – Pesquisa Agrícola Municipal (2016).
Elaboração própria.

Processos de ocupação no Mato Grosso

O estado do Mato Grosso, geograficamente situado na área central do Brasil, por muito tempo se manteve isolado da economia e dos fluxos de bens e serviços do país, face à dificuldade de acesso e à existência de uma estrutura econômica que historicamente se concentrou no litoral. Durante a primeira fase de seu processo de ocupação, que teve início no século XVIII, ou seja, no período colonial, a economia do estado se desenvolveu pautada na extração de minério, a partir da expansão dos bandeirantes paulistas, criando rotas que ligam o litoral e o centro-oeste. Associadas à mineração, nos espaços entre as minas, se desenvolveram, em pequena escala, a agricultura e a pecuária, devido, principalmente, às dificuldades de exportação. O povoamento ocorria em torno dos garimpos, em vilas distantes uma das outras. Essa fase da ocupação ocorreu predominantemente nas áreas sul, sudoeste e sudeste do estado (HIGA; ROMANCINI; NUNES, 2011).

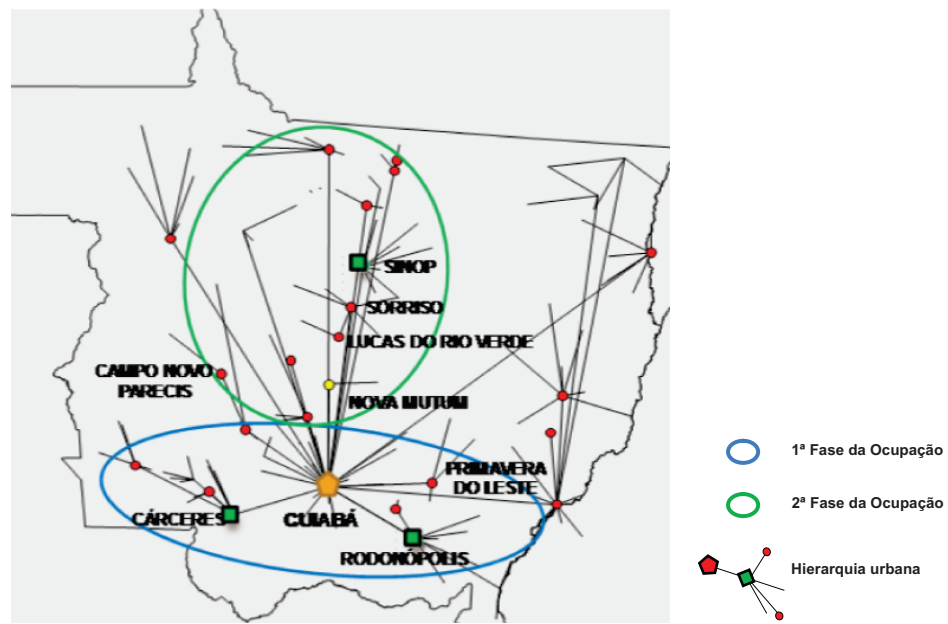


Figura 3: Etapas da ocupação no estado do Mato Grosso

Fonte: Elaboração própria.

A segunda fase teve início na segunda metade do século XX, após a divisão do estado do Mato Grosso e criação do estado do Mato Grosso do Sul. Do ponto de vista econômico, essa etapa se caracteriza pelo desenvolvimento do agronegócio em terras ainda não ocupadas, com baixo preço de mercado, no centro-norte do estado e em municípios do sul e sudeste que não participaram da primeira fase da ocupação (HIGA; ROMANCINI; NUNES, 2011).

Durante esse período, o processo de ocupação no Mato Grosso esteve apoiado em projetos de colonização desenvolvidos pela iniciativa pública e privada. Inicialmente, esse processo atraiu pequenos agricultores do sul do país para a região centro-norte do estado, posteriormente substituídos por grandes empresários que compraram terras por valores irrisórios. Com o apoio do governo federal foram abertas estradas e construídas rodovias, como a Cuiabá/Santarém, possibilitando melhor acesso e, conseqüentemente, a instalação de grupos de empresários, principalmente no norte do estado, como parte das estratégias, no período de governo militar, de ocupação e exploração da Amazônia.

Entre as décadas de 1970 e 1980, a migração desses colonos e médios agricultores do sul e sudeste do Brasil modificou o quadro populacional de Mato Grosso, sendo determinantes na formação de novos polos. A partir da década de 1990, em função da expansão do cultivo da soja, houve aumento da proporção de migrantes com perfil profissional específico, relacionado às demandas do agronegócio, tais como agrônomos, veterinários, técnicos agrícolas, mecânicos de máquinas pesadas etc., além de outros profissionais vinculados às demandas urbanas. Entre 1977 e 2007 foram criados 103 novos municípios no estado de Mato Grosso. Entretanto, o crescimento populacional não foi homogêneo, de modo que alguns municípios apresentaram, nesse período, taxas médias de crescimento superiores a 4% ao ano, enquanto outros tinham taxas negativas de crescimento populacional, indicando, muito provavelmente, migração interna (HIGA; ROMANCINI; NUNES, 2011).

Cidades do agronegócio no Mato Grosso

O principal centro polarizador do Mato Grosso é a própria capital (Cuiabá), que, juntamente com Várzea Grande, sede do município vizinho, constitui uma única aglomeração urbana e o mais importante polo econômico estadual.

Em um segundo nível hierárquico, podem-se citar como polos econômicos de influência regional e sub-regional as seguintes sedes de municípios:

- Rondonópolis e Sinop.
- Cáceres, Tangará da Serra e Barra do Garças.
- Alta Floresta, Primavera do Leste, Juína e Colíder.

Outras cidades criadas por conta de projetos de colonização se consolidaram e adquiriram importância econômica e social no âmbito do estado, apresentando bons indicadores de desenvolvimento no contexto nacional. Algumas passaram a desempenhar funções regionais, no âmbito estadual. Entre as novas cidades em Mato Grosso, se destacam:

- **Sinop** é a maior e a mais antiga das novas cidades do MT e se situa inteiramente no bioma amazônico, fato que talvez explique a vinculação do município mais com a economia madeireira do que com a produção de grãos. Sinop surgiu como resultado da política de ocupação da Amazônia Legal Brasileira, desenvolvida pelo governo federal na década de 1970. Foi fundada em 1974, e seu nome deriva das letras iniciais da Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (Sinop), empresa que idealizou e implantou o projeto urbano e rural da cidade.
- **Lucas do Rio Verde** é, hoje, um dos principais polos do agronegócio do país. Os primeiros imigrantes chegaram ao local em 1977, quando da abertura da BR-163, mas só em 1981 o INCRA iniciou a colonização, com a implantação do projeto de assentamento de 203 famílias de agricultores sem-terra oriundas do município de Ronda Alta (RS). O projeto de urbanização da cidade data de 1986 e foi feito por técnicos do referido órgão, que abriram as primeiras ruas em terra e marcaram os lotes.
- **Nova Mutum** tem como antecedente um projeto de pecuária da empresa Mutum Agropecuária S/A, que, inicialmente, atuava apenas na criação e engorda de gado e que, diante do afluxo de colonos que passavam pela região em direção a Lucas do Rio Verde e outras áreas de colonização, resolveu, em 1977, iniciar seu próprio projeto de colonização. Embora

a emancipação do município tenha ocorrido em 1988, a aceleração do desenvolvimento de Nova Mutum se deu apenas nos últimos anos, quando aportaram no município grandes investimentos do agronegócio. Isso explica o aumento recente do volume de construções na cidade e a própria expansão da ocupação urbana.

- **Campo Novo do Parecis** teve seu processo de ocupação na década de 1970, com a abertura de fazendas e a instalação de famílias de imigrantes vindos do sul, às margens da estrada que ligava Diamantino e Utiariti. Daí surgiu o povoado que deu origem à cidade, através de processos de colonização privada. O município foi criado em 1988.
- **Sorriso**, situado às margens da BR-163, está na área de transição da Amazônia para o cerrado. Sua emancipação político-administrativa ocorreu em 1986, mas a colonização começou na década de 1970, como uma pequena agrovila. O município, entre os dez maiores do estado, está diretamente relacionado ao agronegócio. Tem produção de algodão e milho vinculada à atividade pecuária, que inclui a industrialização de carne de frango e de suínos, situação que atraiu para o município grandes empresas nacionais e estrangeiras.

Uma característica marcante das cidades funcionais ao campo moderno é a elevada taxa de crescimento da população. Ao serem analisadas as principais cidades produtoras de grãos do Centro-Oeste brasileiro, observa-se que existe uma relação entre aumento da produção e expansão do grau de urbanização. Na maioria dos estados brasileiros, as cidades do agronegócio apresentam grau de urbanização superior à média dos seus respectivos estados.

No período de 1991 a 2000, a taxa anual de crescimento do estado de Mato Grosso foi de 2,38%, enquanto que nas “cidades do agronegócio”, à exceção de Sinop, o incremento populacional superou os 9% a.a., como é o caso de Campo Novo do Parecis, Sorriso, Lucas do Rio Verde, Campo Verde e Primavera do Leste (CENSO DEMOGRÁFICO, 1991, 2000, 2010).

Apesar das elevadas taxas de crescimento entre 2000 e 2010, as populações desses municípios não ultrapassam 67 mil habitantes – à exceção de Sinop –, e as cidades têm um alto grau de urbanização, como pode ser observado na tabela a seguir.

Tabela 6: Evolução da população total e urbana e grau de urbanização em municípios selecionados do Mato Grosso - 1991 a 2010

Municípios	População do município			Taxa de crescimento (%a.a.)		Grau de urbanização (%)		
	1991	2000	2010	1991-2000	2000-2010	1991	2000	2010
Sinop	38.374	74.831	113.099	7,70	4,22	86,66	90,48	82,89
Sorriso	16.107	35.605	66.521	9,21	6,45	70,31	88,55	87,74
Lucas do Rio Verde	6.693	19.316	45.556	12,50	8,96	64,72	83,58	93,19
Nova Mutum	5.542	14.818	31.649	11,55	7,88	38,04	70,02	81,72
Campo Novo do Parecis	6.311	17.638	27.577	12,10	4,57	35,03	83,42	92,77

Fonte: Censo Demográfico (1991, 2000, 2010).
Elaboração própria.

Com exceção de Sinop, que se vincula ao processo de ocupação da Amazônia Legal, esses municípios tiveram sua emancipação no fim da década de 1980 e apresentaram, na década de 1990, taxas de crescimento anual da população próximas a 10%, duplicando e até triplicando o número de habitantes nesse período.

Com altos índices de urbanização desde sua criação, a maioria se estabeleceu a partir de projetos de colonização, apresentando desenho planejado, traçado reticulado, bem ajustados às características topográficas da região.

A chegada do agronegócio aos municípios do Mato Grosso, dada a natureza da referida atividade, apresentou como característica dominante a necessidade de oferta de serviços específicos de suporte à realização das atividades do campo moderno. Entretanto, o desenvolvimento da oferta dos diversos segmentos se deu de forma diferenciada no tempo e no espaço. Ou seja, não havendo tal oferta, surgiu a necessidade de obtenção dos serviços em outras localidades.

O município de Sinop se destaca em relação aos demais por apresentar uma economia de maior magnitude e diversificação, ocupando posição superior de hierarquia e centralidade no novo espaço de ocupação do Mato Grosso.

Gradativamente, com o avanço e a consolidação das atividades do agronegócio, a estrutura de suporte de serviços passou a se desenvolver em áreas mais próximas às novas regiões de expansão da produção. A concentração da oferta desses serviços teria sido um importante fator responsável pelo aparecimento de novos núcleos urbanos dentro dos municípios analisados. Assim, as demandas do campo passaram a ser atendidas não mais apenas por Sinop, mas também por essas áreas urbanizadas, que surgiram próximas aos cultivos, voltadas para suprir as necessidades de realização da agropecuária moderna.

Verifica-se ainda que as citadas cidades apresentam diferentes especializações na oferta de serviços. Lucas do Rio Verde se destaca com serviços de transporte e logística, enquanto que Sorriso especializou-se no comércio de máquinas agrícolas e matérias-primas. Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso exibem forte presença de atividades de abate de animais, enquanto que Campo Novo do Parecis desenvolve a produção de químicos.

Dinâmica econômica das cidades do Mato Grosso

O desempenho econômico dos municípios selecionados para esta análise tem se destacado ao longo dos anos. No ranking do PIB municipal do estado do Mato Grosso, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016), os municípios aqui enfocados³ situam-se nos postos mais elevados. Em 2000 estavam entre os 15 maiores em termos de produto interno bruto, representando 19,8% de toda a riqueza gerada no estado. Em 2012, houve um avanço, visto que passaram a se situar entre os 11 mais importantes, concentrando 24% do PIB estadual.

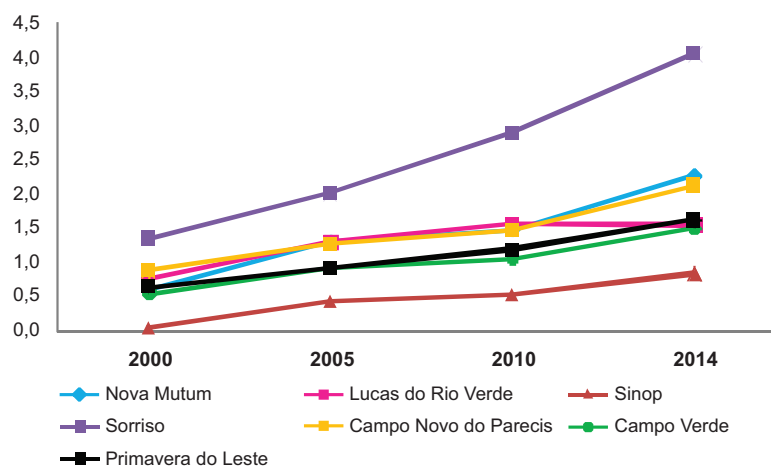
A explicação para esse dinamismo, atrelado à expansão da população, está no processo de transformação da estrutura econômica das já mencionadas cidades, a partir da consolidação das atividades do agronegócio. Entre os anos de 2000 e 2010, as economias desses municípios, que no início eram fundamentalmente compostas pelo setor agropecuário, passaram por modificações que as vêm transformando em economias mais complexas, com maior predominância de atividades industriais, de comércio e de serviços.

Durante o citado período, é destacável a expansão do setor agropecuário e a sua transformação em função do avanço do agronegócio, principalmente devido ao crescimento do cultivo de grãos nessa região. Considerando-se os três principais grãos cultivados (soja, milho e algodão), nota-se que suas produções, em conjunto, têm crescido em todos os municípios selecionados, com maior destaque

³ Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Campo Novo do Parecis

para Sorriso (Gráfico 3). Essa expansão tem gerado reflexos diretos sobre o número de empregos do setor agropecuário. Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2015), considerando o conjunto dos municípios analisados, o contingente de empregados no setor passou de 6.400, em 2000, para 17.778, em 2010, com destaque para o cultivo de soja, que vem aumentando de forma expressiva, a sua participação no total dos empregos do segmento (Tabela 7).

Gráfico 3: Produção de soja, milho e algodão – municípios selecionados do Mato Grosso, em milhões de toneladas (2000, 2005, 2010 e 2014)



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (2016).

Tabela 7 – Participação do cultivo de soja nos empregos da agropecuária – municípios selecionados (2000 e 2010)

Município selecionado	2000	2010
Lucas do Rio Verde	0,2%	72,0%
Sinop	7,0%	40,0%
Sorriso	40,4%	77,2%
Campo Novo do Parecis	21,5%	70,9%
Campo Verde	26,5%	54,4%
Primavera do Leste	13,5%	46,6%

Fonte: Brasil (2015).

A expansão do agronegócio de *commodities* de grãos nessa região tem também estimulado o surgimento de novas atividades a ele diretamente relacionadas. Essas atividades surgem em face dos processos de beneficiamento do grão, do desenvolvimento de serviços e comércio integrados à sua cadeia produtiva e pela atração de outros setores relacionados, a exemplo das agroindústrias frigoríficas, laticínios etc. Como resultado, essas mudanças produtivas geram rebatimentos sobre a configuração das economias dos municípios analisados, fortalecendo principalmente os setores de indústria e serviços, os quais, em grande parte, estão alocados nos núcleos urbanos. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016), é possível observar que, para a maioria dos municípios selecionados do estado, houve um aumento de participação do setor industrial e de serviços no PIB. Essa maior expressividade reflete um processo de mudança do perfil produtivo da região, o qual se tornou mais complexo a partir do desenvolvimento do agronegócio regional, a ponto de tornar mais significativa a participação dos setores secundário e terciário na economia, quando comparada com a da agropecuária (Tabela 8).

É importante destacar que, apesar da redução de participação relativa no PIB durante os anos de 2000 e 2010, não houve uma retração absoluta das atividades da agropecuária nesses municípios. Ao contrário, esse setor tem se expandido a

Tabela 8 – Participação dos setores no PIB em 2000 e 2010 – Mato Grosso (%)

Município selecionado	Agropecuária		Indústria		Serviços		APU, Saúde, Educação e Seguridade Social	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Nova Mutum	62,0	21,0	5,0	31,0	25,0	40,0	7,0	7,0
Lucas do Rio Verde	53,0	16,0	5,0	29,0	35,0	46,0	7,0	9,0
Sinop	7,0	7,0	19,0	18,0	60,0	57,0	14,0	18,0
Sorriso	55,0	18,0	5,0	20,0	33,0	52,0	7,0	11,0
Campo Novo do Parecis	58,0	28,0	7,0	20,0	29,0	44,0	6,0	9,0
Campo Verde	56,0	47,0	16,0	8,0	21,0	35,0	6,0	9,0
Primavera do Leste	36,0	20,0	8,0	21,0	46,0	50,0	9,0	9,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016).

cada ano em função do desenvolvimento do agronegócio, e a sua menor participação em 2010 foi justamente resultado do ganho dos setores de indústria e serviços.

Um dos efeitos dessa dinâmica foi a desconcentração da oferta de bens e serviços na região. Durante a fase inicial de inserção do agronegócio nesses municípios, a fatia predominante da oferta de serviços e comércio necessária à realização dessa atividade estava localizada nos polos regionais do estado. A incipiência do agronegócio nessas regiões propiciava uma procura ainda pequena por essas atividades, de modo que a oferta preexistente nos polos regionais era satisfatória para atender às demandas do campo moderno que começavam a se desenvolver. Entretanto, o fortalecimento do agronegócio de grãos e a sua expansão ao longo do período geraram impactos sobre as demandas de insumos, mão de obra e serviços de manutenção e gestão, as quais cresceram significativamente. A maior magnitude do negócio e o conseqüente avanço da produção passaram a requerer uma estrutura de suporte de serviços e de oferta de suprimentos agrícolas em localidades cada vez mais próximas das áreas de cultivo. Essas novas necessidades levaram ao desenvolvimento e, conseqüentemente, difusão das atividades que antes eram exclusivamente ofertadas pelos polos regionais e que passaram a ser fornecidas dentro dos limites dos municípios, nos núcleos urbanos vizinhos às áreas de plantação.

No caso do Mato Grosso, o município de Sinop teria cumprido o papel de polo fornecedor de suprimentos agrícolas ao incipiente agronegócio dos municípios vizinhos mais próximos durante a década de 1980. Dentro do conjunto dos municípios selecionados, Sinop apresenta o maior porte econômico e possui um importante papel naquela região. Com uma das maiores populações do estado, Sinop atualmente concentra também grande parcela dos serviços de educação, saúde e comércio, além de atender às demandas do sul do Pará. O município possui atividade comercial diversificada, com razoável número de estabelecimentos varejistas de gêneros alimentícios, vestuários, eletrodomésticos e mobiliários, além de abrigar comércio específico para atender o campo moderno, tais como produtos agropecuários e implementos agrícolas (OLIVEIRA; CHAGAS; SOUZA, 2010).

Ao se observar a dinâmica dos empregos formais da indústria e de serviços, foi possível perceber que, entre 2000 e 2010, a importância de Sinop no total dos empregos desses setores no conjunto dos municípios selecionados foi cada vez menor em função do crescimento das atividades desses setores em outros locais (BRASIL, 2016). Através da análise da evolução do mercado de trabalho dessas cidades é possível perceber a trajetória do movimento do capital nas áreas do campo, difundindo-se para outros locais, para além dos polos regionais.

Para esse conjunto de cidades analisadas, as principais atividades do setor industrial foram as de agroindústria, com o processamento de grãos voltado para a

produção de farelo. Observou-se também uma expansão significativa da indústria de carnes, que migrou para essa região pela ampla oferta de matéria-prima para a produção de rações para bovinos, suínos e aves. Além dessas atividades, houve a expansão da indústria de construção civil, relacionada com o aumento do número de edificações (residências, indústrias, estabelecimentos comerciais e de serviços), fruto do crescimento dos centros urbanos na região. Ou seja, o desenvolvimento industrial dessas cidades está amplamente atrelado aos desdobramentos do setor agropecuário regional. Nesse sentido, a difusão do agronegócio tem propiciado o desenvolvimento de muitos ramos industriais, por conta dos requerimentos de insumos e do processamento de produtos.

Quanto aos serviços, entre as atividades que mais se destacam estão transporte e armazenagem de carga – em função do escoamento da soja em grão destinada ao comércio exterior – e os serviços bancários e financeiros, atrelados à rede de negócios globalizada da cadeia do grão. Além disso, foram ampliadas as atividades jurídicas, de auditoria, administração e contabilidade, relacionadas com o processo de gestão do agronegócio, oferecendo suporte para suas atividades numa escala global, dentro de um mercado de forte concorrência e com elevado nível de informação.

Do ponto de vista da dinâmica urbana e da população, observou-se o aumento da oferta dos serviços de alojamento, alimentação, imobiliários e de aluguéis, além do avanço das atividades de comércio, tanto voltadas ao agronegócio (suprimentos agrícolas e matérias-primas) quanto para as necessidades das pessoas que vivem na região.

Outro importante efeito advindo da expansão do agronegócio no Mato Grosso foi o surgimento, entre os municípios envolvidos, da especialização em determinados segmentos da economia. Apesar do avanço do cultivo de grãos ser comum a todos eles, o rebatimento dessa dinâmica sobre as atividades econômicas dentro de cada município assumiu características específicas, de acordo com os requerimentos necessários a cada tipo de cultivo. O desenvolvimento de atividades agropecuárias específicas cria demandas particulares de serviços e indústrias necessários à sua cadeia produtiva, levando-os a se expandir de acordo com exigências inerentes à natureza do produto agropecuário gerado na região. Nesse sentido, nem todas as atividades se desenvolvem com a mesma intensidade em todas as cidades, gerando diferentes processos de especialização e espacialização de funções no desenvolvimento do agronegócio da região como um todo. Identificou-se que, enquanto Lucas do Rio Verde se especializa na oferta de transporte e armazenagem de cargas e serviços bancários e financeiros, Nova Mutum e Sorriso se concentram em serviços de auditoria, administração, contabilidade e indústria de carnes, ao passo que Sinop permanece ofertando serviços de saúde, educação e comércio de produtos agropecuários

O caso das cidades do oeste baiano

A análise do processo histórico no oeste baiano possibilita compreender a reconfiguração desse espaço e como os novos centros urbanos que aí se desenvolveram estão relacionados com a produção agrícola. Observando-se o avanço das atividades produtivas nessa região, assim como a expansão das áreas dedicadas à produção de grãos nos estados vizinhos que fazem divisa com a Bahia e que compõem o Matopiba, pretende-se averiguar como tal processo vem modificando as feições das cidades do oeste baiano em face das demandas por serviços. Subsidiando essa etapa do trabalho, guardados os devidos cuidados do processo analítico, no que tange aos aspectos temporais, geográficos, culturais, logísticos e de contexto, o conhecimento sobre o processo ocorrido nas quatro cidades do

Mato Grosso permite ampliar o escopo de análise sobre possíveis mudanças ou adensamento das funções das cidades do oeste baiano, assim como o possível surgimento de novos núcleos populacionais vinculados à atividade de produção de grãos, em especial a soja.

O processo de ocupação no oeste da Bahia

Até meados da década de 1980, o oeste da Bahia, inserido na região do Além São Francisco, se caracterizava por uma ocupação lenta e rarefeita – sob o ponto de vista tanto das atividades econômicas quanto demográficas. A região era ocupada por uma população de sertanejos, que desenvolviam atividades de subsistência e pecuária extensiva, com núcleos urbanos pouco povoados, que atendiam apenas às necessidades básicas dessa população. O Rio São Francisco e seus afluentes, como os rios Grande, Preto e Corrente, tiveram um papel fundamental em seu povoamento, pois eram os únicos meios de transporte de pessoas e mercadorias.

No final dos anos 1960 e início de 1970, diversos investimentos públicos e privados no Brasil central constituíram vetores impulsionadores do desenvolvimento do Centro-Oeste brasileiro e do oeste baiano. Destacam-se a fundação de Brasília, em 1960, que se somou à construção de rodovias federais que a interligam à capital baiana – a BR-135 (Brasília-Barreiras-Piauí), a BR-020 (Brasília-Barreiras) e a BR-242 (Barreiras-Salvador) –, como também a Usina Hidroelétrica de Correntina, criando condições econômicas para futuras inversões e para a expansão agrícola. Por outro lado, a implantação da rede viária terrestre implicou a perda do papel hegemônico ocupado pelo Rio São Francisco e seus afluentes na dinâmica de povoamento e de desenvolvimento regional, redefinindo também a configuração interna do espaço regional quanto às possibilidades e as formas de integração com a economia nacional. Em outros termos, a centralidade da região do Vale do São Francisco e de suas cidades portuárias foi paulatinamente substituída pela dinâmica econômica de áreas de agronegócio e das cidades situadas ao longo das rodovias, com efeitos significativos sobre o desenvolvimento regional.

Até esse período, o Rio São Francisco e seus afluentes desempenhavam papel fundamental em seu povoamento, pois eram os únicos meios de transporte de pessoas e mercadorias de cidades e povoados que se localizavam nas margens dos rios navegáveis, originando as cidades portuárias e com função de entreposto comercial, a exemplo de Barra, Barreiras, Santa Maria da Vitória e Formosa do Rio Preto. As atividades urbanas se desenvolviam lentamente, de forma subordinada e secundária em relação à agropecuária, que, por sua vez, também apresentava pouco dinamismo, sendo conduzida por sertanejos, que desenvolviam atividades de subsistência e pecuária extensiva.

Mas foi sobretudo nas décadas de 1980 e 1990 que a região vivenciou transformações significativas na sua estrutura produtiva e urbana, decorrentes do processo de migração interestadual de famílias sulistas, predominantemente gaúchas e paranaenses, associadas à difusão da agricultura moderna. Assim, no bojo da consolidação da Região Centro-Oeste como principal lócus da dinâmica de produção agropecuária moderna, observa-se a emergência de sub-regiões no Nordeste, que, em decorrência da difusão de atividades agrícolas, ganham um novo status na divisão inter-regional do trabalho no país. É nesse contexto que o oeste baiano emerge como região de expansão do agronegócio, capitaneado pelo cultivo da soja, associado ao fluxo migratório de sulistas e à implementação de um conjunto de políticas públicas na área de infraestrutura voltadas para a viabilização técnica e econômica da produção agrícola nos cerrados. Além do oeste da Bahia, o processo de expansão do agronegócio atingiu, na década de 1990, áreas dos estados do Maranhão, Tocantins e Piauí, conformando uma região que posteriormente seria denominada de Matopiba, em alusão às iniciais dos estados, (Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia).

A outra face do desenvolvimento regional desse período refletiu-se no fluxo demográfico aliado ao processo de urbanização e de dinamização dos mercados de trabalho de bens e serviços. O processo de urbanização e de crescimento das atividades urbanas tem como base os vínculos cada vez maiores entre o campo e a cidade, resultantes da difusão e modernização da agricultura. Os elementos dessas novas relações se expressam nas demandas relacionadas à modernização da agricultura, ao processamento da produção agrícola (insumos, máquinas, implementos, sementes, serviços técnicos, logística etc.) e ao consumo dos indivíduos e famílias, transformando e redefinindo a hierarquia os papéis e funções das cidades (SANTOS FILHO; FERNANDES; ALMEIDA, 1988).

Nas últimas décadas, o processo de ocupação se vincula a um novo padrão de desenvolvimento, centrado no agronegócio, caracterizado pela elevada intensidade de capital e tecnologia, implicando um intenso e rápido processo de transformação da estrutura econômica e social regional, além de significativo crescimento populacional, consolidando sua posição no contexto da dinâmica da Região Centro-Oeste. Esse processo econômico vai produzir grandes transformações na dinâmica urbana regional, que passa a ser instrumento e local de articulação entre capitais e, ao mesmo tempo, subordina o trabalho e as atividades econômicas menos capitalizadas àquelas mais capitalizadas (SANTOS FILHO; FERNANDES; ALMEIDA, 1988).

As cidades do agronegócio no oeste da Bahia

Conforme já assinalado, a expansão do agronegócio promove a reestruturação do território e a organização de novo sistema urbano. No caso da região dos cerrados baianos, o processo de reorganização do espaço urbano se expressa, entre outros aspectos, pelo rápido crescimento demográfico, em particular da população urbana, e pela redefinição da rede urbana e municipal, com emergência de novas aglomerações.

A partir das décadas de 1980 e 1990, verificaram-se significativas transformações na ocupação urbana do oeste baiano, decorrentes do processo de migração interstadual de famílias sulistas, predominantemente gaúchas e paranaenses, associadas à difusão da agricultura moderna que ali se implantava. Em consequência, duas cidades se destacam na região. A primeira é Barreiras, que, de centro local, com pouca expressão econômica, transformou-se no principal centro urbano da região agrícola, concentrando as principais atividades referentes ao consumo produtivo. A outra cidade é Luís Eduardo Magalhães, que surgiu em 1984 como um loteamento e se transformou rapidamente em cidade, sendo o segundo principal centro urbano da região.

A cidade de Barreiras, que sempre desempenhou, no Além São Francisco, um papel de centro sub-regional, tornou-se um centro regional a partir da emergência dos cerrados baianos como espaço de expansão da agricultura moderna. Conforme estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2008), que analisa a região de influência das cidades, Barreiras está classificada como capital regional – nível imediatamente inferior ao metropolitano – e se vincula à rede imediata de Brasília e de Salvador.

Em função dessa centralidade, Barreiras passou por transformações urbanas na diversificação de suas atividades e funções decorrentes do processo de modernização agrícola da região. Paralelamente ao desenvolvimento do papel centralizador de Barreiras na região surgiram novos núcleos urbanos, estruturados a partir da implantação de serviços produtivos de apoio à agricultura e da instalação de complexos técnicos das cooperativas e das grandes empresas.

Diferentemente de Barreiras, que se adaptou às novas demandas, Luís Eduardo Magalhães surgiu do agronegócio. Localizado na BR-020, o município cresceu a partir de um posto de gasolina (Posto Mimoso do Oeste) e de um loteamento privado, que foi paulatinamente ocupado por um complexo de atividades e serviços voltados ao desenvolvimento do negócio agrícola. O dinamismo da cidade fica patente pelo crescimento da população, que saiu de 20 mil habitantes, em 2000, para cerca de 40 mil em 2007.

Os primeiros habitantes de Luís Eduardo Magalhães eram produtores agrícolas sulistas, que vieram para a região com o intuito de cultivar a soja. Para Haesbaert (1997), o motivo da fixação dos gaúchos nesse loteamento era a criação de um território gaúcho na região, em um ambiente de disputa entre sulistas e nordestinos. Em 2000, ocorreu a emancipação do antigo distrito, criando-se o município de Luís Eduardo Magalhães, que, na verdade, já possuía a configuração de cidade desde meados de 1990, tendo inclusive um desempenho econômico superior ao de muitos municípios baianos nesse período.

Elias (2007) considera que Luís Eduardo Magalhães constitui exemplo emblemático de município criado como resultado das novas formas de uso do território brasileiro inerentes à expansão da economia e da sociedade do agronegócio globalizado, determinante para a produção do seu espaço urbano e agrário.

A partir da década de 1990, Barreiras se consolidou como centro regional do oeste baiano, obtendo destaque na rede urbana regional, bem como aumentando sua região de influência. Luís Eduardo Magalhães somente despontou como nova centralidade urbana nessa região duas décadas mais tarde. Ambas as cidades têm papel de destaque na região e atendem, em diferentes graus e especialização, às necessidades mais básicas da população e às demandas dos principais agentes do agronegócio regional.

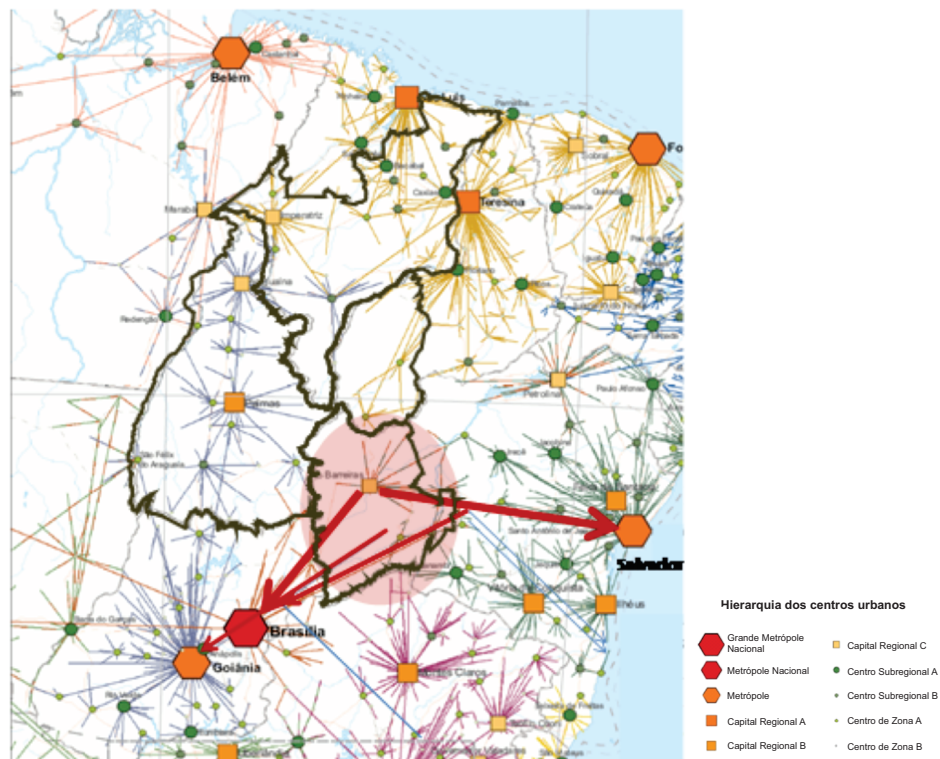


Figura 4: Hierarquia das cidades na área de estudo

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2008).

Embora Barreiras e Luís Eduardo apresentem forte vínculo com Brasília e Goiânia, a região de influência dessas cidades não estabelece relações de compra e venda com as cidades de hierarquia inferior dos estados vizinhos (Goiás e Tocantins). Esse fato se explica pelas características físicas e geográficas desse território, que o conformam como uma unidade isolada por barreira de altitude, e porque os centros urbanos de Tocantins estão vinculados à rede urbana de Goiânia.

De modo geral, a área formada pela região de influência de Barreiras apresenta pouca densidade de centros, ou seja, exige grandes deslocamentos para a obtenção de serviços e infraestruturas urbanas. Entretanto, Luís Eduardo Magalhães, que tinha mais de 40 mil habitantes em 2010, vem ganhando centralidade na rede de cidades da região e da Bahia. O município apresentou a maior taxa de crescimento populacional no estado entre 2000 e 2010 (14,5%), e a participação do setor serviços na sua economia é cada vez maior (CENSO DEMOGRÁFICO, 1991, 2000, 2010).

Pode-se considerar que Barreiras e Luís Eduardo Magalhães constituem um bipolo urbano e exercem, juntas, a centralidade urbana da RPA nos cerrados baianos. Barreiras desempenha papéis clássicos de uma cidade de porte médio, concentrando a maior parte do comércio e de serviços voltados às demandas da população, especialmente serviços públicos. Luís Eduardo Magalhães configura-se no que Elias chama de cidade do agronegócio, destacando-se como centralidade emergente. Apresenta hegemonia das funções de atendimento das demandas do agronegócio sobre as demais funções exercidas pela cidade e se sobressai na região pelo oferecimento dos mais modernos produtos e serviços demandados pelas atividades agrícolas e agroindustriais. Destaca-se, por exemplo, por possuir revendedores autorizados das maiores fabricantes de máquinas agrícolas que atuam no Brasil.

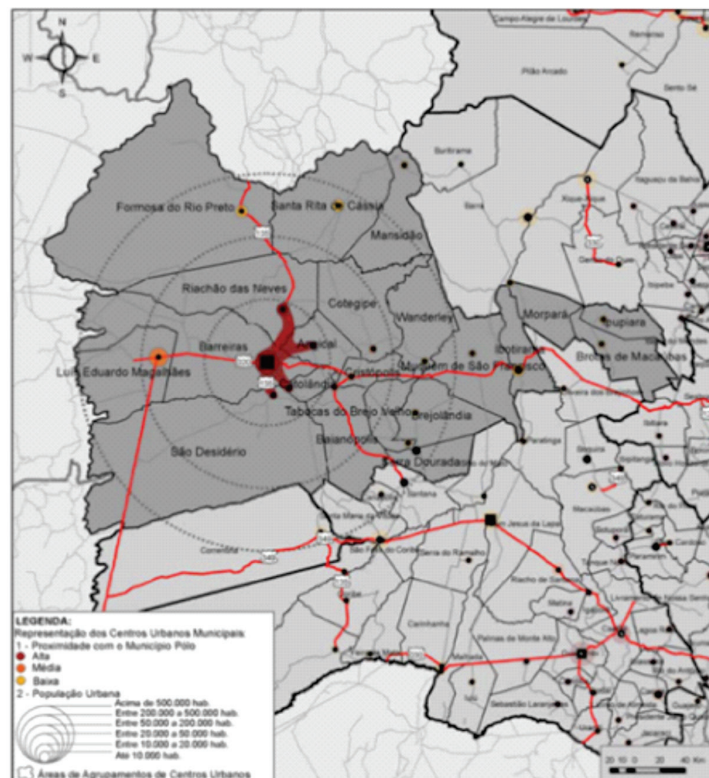


Figura 5: Principais centros urbanos no oeste da Bahia – 2007

Fonte: Bahia (2010).

O sistema viário regional exerceu importante papel na estruturação dessas duas cidades, fazendo da linearidade um dos signos do seu crescimento. Ressalta-se, no caso de Barreiras, entre os motivos de sua maior importância na região, o fato de estar na confluência das rodovias que cortam o seu território.

Apesar de inseridas em uma região de atividade predominantemente agrícola, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães apresentam elevada taxa de urbanização – em torno de 90% –, revelando o caráter urbano desses municípios.

Tabela 9: Evolução da população total e urbana no oeste baiano no período entre 1991 e 2010

Municípios	População do município			Taxa de crescimento (%a.a.)		Taxa de urbanização (%)		
	1991	2000	2010	1991-2000	2000-2010	1991	2000	2010
Barreiras	92.640	131.849	137.427	4,0	1,3	76,5	87,8	90,0
Luís Eduardo Magalhães ⁽¹⁾	-	-	60.105	-	-	-	-	91,3
Correntina	28.005	30.583	31.249	-1,95	0,98	30,8	37,1	40,3
São Desidério	18.977	19.006	27.659	0	3,8	29,2	37,5	31,2

Fonte: Censo Demográfico (1991, 2000, 2010).

Nota: (1) O município de Luís Eduardo Magalhães foi criado em 2001. Por isso, não há dados para 1991 e 2000. Para o cálculo das taxas no período 2000-2010 foram utilizados os dados por distrito de 2000.

A análise dos dados censitários do IBGE demonstra que a distribuição populacional, particularmente a urbana, não se dá de forma homogênea nessa região, concentrando-se em algumas cidades, com destaque para Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, que abarcavam cerca de 49% e 22% da população urbana em 2010. O município de São Desidério, um dos principais produtores de soja e algodão do Brasil, apresentou também uma expressiva taxa de crescimento anual de sua população entre 2000 e 2010 (3,8%). A taxa de expansão populacional dos principais municípios da região entre 1991/2000 e 2000/2010 apresentou média anual de 2,2% e 4,6%, frente à média estadual de 1,1% e 0,7%, respectivamente. O crescimento foi puxado pela população urbana, cujas taxas médias nos períodos referidos foram de 4,5% e 3,6% (CENSO DEMOGRÁFICO, 1991, 2000, 2010).

Embora Barreiras e Luís Eduardo Magalhães mantenham suas hegemonias regionais, chama a atenção o grande aumento do grau de urbanização, entre 1991 e 2010, em Formosa do Rio Preto (36% para 60%) e em Correntina (30% para 40%). Já no caso de São Desidério, o grau de urbanização permaneceu em torno de 30%. Este fato pode ser atribuído à sua proximidade com Barreiras, cidade com melhor infraestrutura urbana, fazendo com que muitas famílias trabalhem e produzam em São Desidério, mas fixem residência em Barreiras. Acrescenta-se também que as áreas plantadas estão próximas a Luís Eduardo Magalhães, que cumpre o papel de apoio às necessidades e demandas das unidades agrícolas situadas em São Desidério.

De qualquer forma, cabe salientar, nos municípios acima destacados, o surgimento de núcleos urbanos onde se localizam equipamentos e serviços de apoio à atividade agrícola. São eles Roda Velha, em São Desidério; Rosário, em Correntina; e Panambi, em Formosa do Rio Preto. Assim, embora as cidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães devam se manter como polos do agronegócio na região, vislumbra-se, em um cenário de médio e longo prazo, a possibilidade de emergência novas “cidades do agronegócio”, em direção ao norte (Panambi/Formosa do Rio Preto) e ao sul (Rosário/Correntina).

Dinâmica econômica das cidades do oeste

Conforme já assinalado, o oeste baiano emergiu, a partir do final dos anos 1980, como lócus de expansão do agronegócio, capitaneado pelo cultivo da soja. Esse

processo transformou a região no maior polo granífero do estado, concentrando a maior parte da produção de soja, milho e algodão do estado, o que contribuiu para seu expressivo ganho de importância econômica para a geração de riqueza estadual.

Em termos de geração de PIB per capita é também possível perceber a magnitude assumida por seus cinco principais municípios, cujos resultados superam amplamente o valor do indicador registrado pelo estado da Bahia. Conforme a tabela a seguir, enquanto o PIB per capita médio para a Bahia é R\$ 13.616, para o conjunto dos cinco municípios (Barreiras, Correntina, Luís Eduardo Magalhães, Formosa do Rio Preto e São Desidério), fica em R\$ 33.648.

Além da grande aptidão para o agronegócio, sobretudo no que se refere à produção de grãos, municípios como Barreiras, Correntina e Luís Eduardo Magalhães desenvolvem, simultaneamente, importantes e predominantes atividades ligadas ao setor de serviços, as quais se vinculam às suas especializações econômicas. Nos demais municípios do oeste, conforme ilustrado na tabela a seguir, em que pese o potencial e a existência de áreas passíveis de utilização pela agropecuária, em geral, a sua magnitude econômica não assume tanta relevância, condicionando-os a ter os gastos da administração pública das três esferas de governo como as mais importantes fontes de riqueza.

Tabela 10: Valor adicionado da agropecuária, PIB e PIB per capita a preços correntes – Bahia – 2013

Municípios do oeste baiano	Valor adicionado agropecuária (R\$ milhões)	PIB	PIB per capita (R\$ 1,00)	Atividade econômica predominante
São Desidério	1.305	1.965	61.822,13	Agropecuária
Formosa do Rio Preto	750	1.176	47.416,12	Agropecuária
Barreiras	470	2.889	19.143,50	Serviços ⁽²⁾
Correntina	442	1.135	34.406,85	Serviços ⁽²⁾
Luís Eduardo Magalhães	368	3.385	46.333,96	Serviços ⁽²⁾
Total maiores do oeste⁽¹⁾	3.336	10.550	33.648,50	Serviços⁽²⁾
Demais municípios do oeste	1.050	3.823	7.515,23	Adm. pública
Total municípios do oeste	4.386	14.373	17.480,09	Serviços⁽²⁾
Total municípios da Bahia	13.102	204.844	13.616,22	Serviços⁽²⁾

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016).

Notas: (1) Ordenados pelo valor agregado da agropecuária.

(2) Exclui a administração pública.

A importância do setor serviços e de atividades de natureza urbana resulta do avanço do agronegócio na região, cuja dinâmica produtiva envolve relações cada vez mais estreitas entre o campo e a cidade, materializadas pela demanda de insumos, serviços técnicos, logísticos, entre outros, cuja oferta se localiza nos centros urbanos. Por outro lado, o fluxo populacional gerado pelas atividades direta e indiretamente relacionadas ao agronegócio também propicia demandas associadas às necessidades de consumo e bem-estar das famílias residentes na região, ampliando ainda mais o setor de serviços (SANTOS FILHO; FERNANDES; ALMEIDA, 1988; PEDREIRA; SANTOS, 2009).

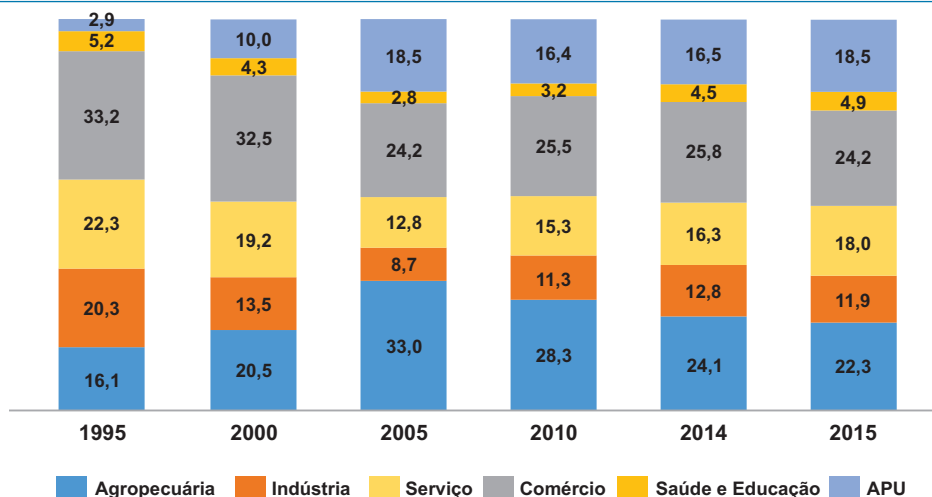
De fato, a difusão do agronegócio, com transformações no padrão produtivo e nas condições técnicas de produção agrícola regional, se espalha na estrutura ocupacional da força de trabalho, redefinindo seu perfil empregatício. Os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (BRASIL, 2015) relativos aos vínculos ocupacionais analisados, segundo segmentos de atividades, mostram que, embora o setor agropecuário mantenha importância na participação da estrutura

ocupacional, houve um declínio no período mais recente. Entre 1995 e 2005, enquanto o segmento agropecuário expandiu sua ocupação em 752%, comércio e serviços registraram um crescimento de 137% e 203%, respectivamente. Já no período de 2005 a 2015, a ocupação na agropecuária cresceu apenas 2%, frente a 23% do comércio e 51% dos serviços. Como resultado, o setor agropecuário elevou sua participação de 16% para 33% no período de 2000 a 2005, caindo para 22% em 2015. Essa trajetória aponta que, a despeito da importância da atividade agrícola, em especial na sua fase inicial da ocupação, a tendência é a perda relativa do setor primário na força de trabalho global e o aumento do emprego no comércio, serviços e indústria (atividades eminentemente urbanas).

O desenvolvimento do agronegócio demanda bens e serviços necessários às suas atividades de produção e processamento agrícola, cuja natureza é urbana. Nas cidades se localizam as casas de comércio de insumos, de implementos agrícolas, fertilizantes, os escritórios de assistência técnica, consultoria contábil, serviços técnicos especializados, serviços públicos etc. As cidades e núcleos urbanos são também fundamentais na organização do mercado de trabalho, assim como na reprodução da força de trabalho. O crescimento populacional traz consigo uma enorme demanda sobre a cidade, principalmente quanto à disponibilidade habitacional e aos empregos urbanos, em particular da população tradicional do campo que foi expulsa para dar espaço aos novos empreendimentos rurais. Nesse sentido, tal população busca formas de inserção em outras atividades econômicas que permitam a sua sobrevivência.

Por outro lado, na medida em que o desenvolvimento da atividade agrícola é essencialmente poupador de mão de obra, o emprego urbano torna-se importante para absorver o trabalhador que não teve a possibilidade de alocação nas atividades agrícolas, permanecendo na cidade ou em outras regiões.

Gráfico 4: Participação (%) dos setores de atividade no total de empregos no oeste baiano



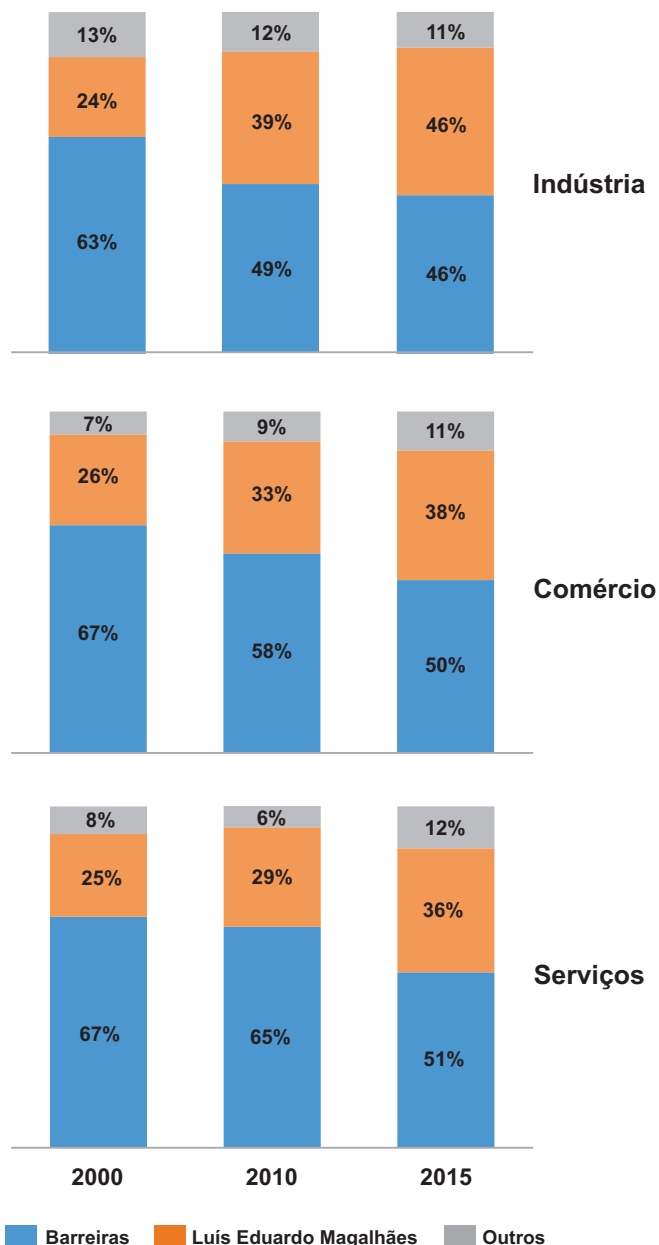
Fonte: Brasil (2015).

Assim, tal como no Mato Grosso, observa-se a dinamização das atividades vinculadas à indústria, ao comércio e aos serviços, que se intensifica a partir da segunda metade dos anos 2000. Destacam-se, nesse âmbito, os segmentos produtores e comercializadores de insumos (adubos, fertilizantes, defensivos e sementes), processadores de grãos, beneficiadores de algodão e serviços de assessoria agrônômica, contábil e imobiliária. Como resultado, vê-se a contínua ampliação do setor de serviços no conjunto da estrutura de ocupação, cuja participação evoluiu de 12,8%, em 2005, para 15,3%, em 2010, alcançando 18% em 2015.

Considerando-se o crescimento vigoroso das ocupações em atividades urbanas, coloca-se uma questão: como vem se estruturando o espaço urbano na região para atender à dinâmica de desenvolvimento do agronegócio?

Ainda com base nos dados da RAIS (BRASIL, 2015), observa-se que os municípios de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães assumem o papel de polos no que tange à oferta de bens e serviços (indústria, comércio e serviços em geral), concentrando mais de 85% dos vínculos empregatícios. Entretanto, cabe salientar a predominância de Barreiras em praticamente todos os segmentos, à exceção do industrial e agropecuário. No caso de Luís Eduardo Magalhães, chama a atenção o crescimento da indústria e de serviços. De fato, a participação deste município na estrutura ocupacional da indústria regional se elevou de 24% para 43% entre 2005 e 2015, e nos serviços, de 25% para 36%.

Gráfico 5: Importância dos municípios no total dos empregos do oeste da Bahia



Além de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, cabe salientar, sob o ponto de vista agrícola, a importância de Formosa do Rio Preto, São Desidério e Correntina, que participam, respectivamente, com 31%, 22% e 10% da produção de soja na região. Ressalta-se, entretanto, a predominância do setor de serviços em Correntina vis-à-vis ao que ocorre em São Desidério e Formosa do Rio Preto, que mantêm a agropecuária como atividade principal na geração de renda, sugerindo uma diferenciação no desenvolvimento de suas atividades urbanas, a despeito da expansão do agronegócio. Cabe destacar, conforme assinalado anteriormente, a emergência de novas nucleações e o crescimento da população urbana dos citados municípios (Roda Velha/São Desidério, Rosário/Correntina e Panambi/Formosa do Rio Preto), apontando para o potencial incremento de atividades ligadas aos setores de comércio e serviços nesses espaços.

ALGUMAS REFLEXÕES: AS POSSIBILIDADES DO OESTE

As seções anteriores trouxeram elementos importantes para dar subsídios às reflexões acerca das possibilidades de o oeste da Bahia se desenvolver, cada vez mais, diante do contexto expansivo da atividade de soja. Com a leitura das informações apresentadas foi possível identificar as principais transformações econômicas e populacionais ocorridas nessa região a partir do desenvolvimento desse perfil de agronegócio, compreendendo a sua dinâmica produtiva e do espaço em que se insere, o qual corresponde ao conjunto das áreas onde o plantio de grãos no Brasil mais se expande: o Matopiba. Além disso, com base nas informações levantadas sobre municípios do Mato Grosso, buscou-se identificar a lógica de formação e funcionamento das cidades do agronegócio, a partir também do desenvolvimento do cultivo da soja. Com essa percepção, e tendo em vista todas as transformações já identificadas no oeste baiano, coloca-se a seguinte questão: quais são as possibilidades de promoção de um maior fortalecimento dos centros urbanos dessa região, considerando o contexto expansivo do agronegócio da soja regional e da sua área de influência, especificamente o Matopiba?

Para responder essa questão, foram primeiramente analisadas as possibilidades de o oeste da Bahia atrair novos fluxos econômicos, tipicamente urbanos, dos estados vizinhos do Matopiba. Acredita-se que o desenvolvimento das atividades de comércio, serviços e indústria vinculadas à cadeia produtiva da soja são elementos fundamentais para estimular o crescimento das cidades da região. Tendo em vista o potencial expansivo da produção desse grão no Matopiba, procurou-se identificar de que maneira as cidades do oeste podem incrementar suas economias urbanas ao buscar atender a uma demanda potencial por serviços, comércio e indústrias de suporte e beneficiamento das atividades de seu cultivo. Além disso, buscou-se também identificar as possibilidades de surgimento de novas aglomerações urbanas nessa região, estimuladas por essa mesma dinâmica.

Baseando-se nas informações analisadas ao longo desse estudo, observam-se indícios que apontam para a existência de empecilhos que podem obstaculizar o aproveitamento, pelas cidades do oeste baiano, das externalidades oriundas do processo de desenvolvimento e avanço da cultura. Essa constatação, que se alicerça em aspectos geográficos, logísticos e ambientais, permite inferir que as chances de irradiação e atração de fluxos econômicos das regiões vizinhas para as cidades do oeste são pouco promissoras.

Como já foi apresentado anteriormente, o cultivo de soja requer áreas com maior altitude, com propriedades específicas de solo (latossolo) e com volume e regularidade de chuvas adequados à cultura. Dentro dessa região, tais condições se

apresentam de forma concentrada em três espaços, nos quais a produção de soja mais tem se expandido nos últimos anos. Esses espaços correspondem a: 1) oeste da Bahia; 2) sul do Maranhão, sudoeste do Piauí, além de uma parte do nordeste do Tocantins; 3) centro do Tocantins. Essas concentrações podem ser visualizadas nos cartogramas abaixo, os quais evidenciam a localização das condições necessárias ao cultivo do grão quanto à altimetria, ao relevo, à geologia e à pluviometria.

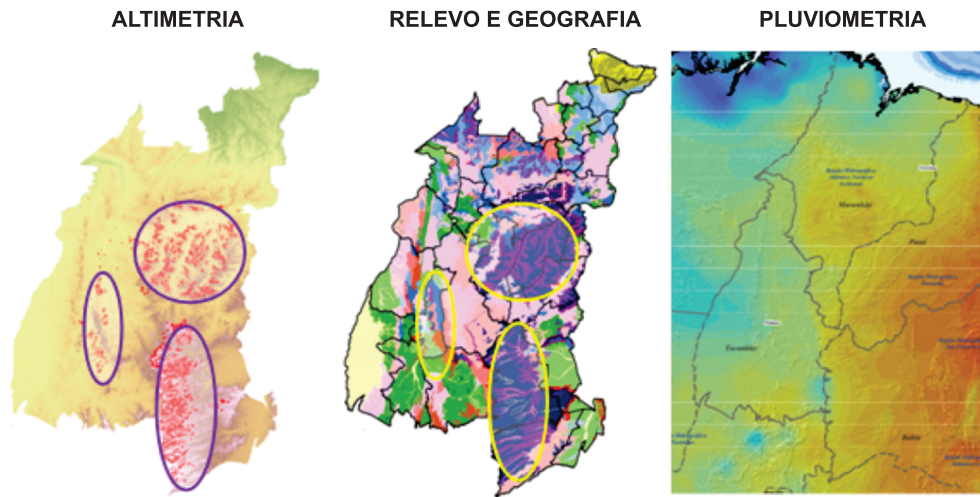


Figura 6: Condições favoráveis à produção de soja no Matopiba

Fonte: Miranda (2015), Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (2011).

Dadas as condições anteriormente assinaladas, as possibilidades de integração das áreas de plantio de soja do oeste baiano com as demais do Matopiba se apresentam limitadas. Outro aspecto que dificulta a integração dos espaços de cultivo entre essas áreas está na existência de uma falha geológica na divisa da Bahia com Tocantins, a qual, por conta de uma diferença expressiva de altitudes (escarpa), impede o estabelecimento de ligações entre os dois estados, tanto do ponto de vista produtivo quanto da infraestrutura de transportes, como estradas. Atualmente, os meios de interligação caracterizam-se pela precariedade e pela escassez de opções.

Além das limitações físicas, barreiras institucionais também têm sido atributos que prejudicam essa integração. A existência de áreas de proteção ambiental entre os espaços de cultivo de soja na Bahia, Maranhão e Piauí constitui entraves à contiguidade na expansão dos plantios, tal como ilustra a figura abaixo.

Todos esses elementos, conjuntamente, inibem as possibilidades de estabelecimento de vínculos capazes de atrair fluxos de demanda das áreas vizinhas do oeste baiano. Com isso, conclui-se que são poucas as chances de a expansão do agronegócio dessas novas áreas vir a contribuir para o fortalecimento das atividades urbanas de suporte a esse tipo de atividade na região e, conseqüentemente, para o desenvolvimento das cidades.

Um outro vetor de análise relaciona-se à tendência de crescimento dos plantios, já em curso, no Matopiba, que se direcionam em maior proporção para o Tocantins, estado que atualmente apresenta a segunda maior produção de soja desse espaço geográfico e registra significativas perspectivas de crescimento para os próximos anos.

A espacialização das áreas plantadas do grão, assim como os dados de produção, permite visualizar que, em 1990, a maior parte do cultivo estava concentrada na

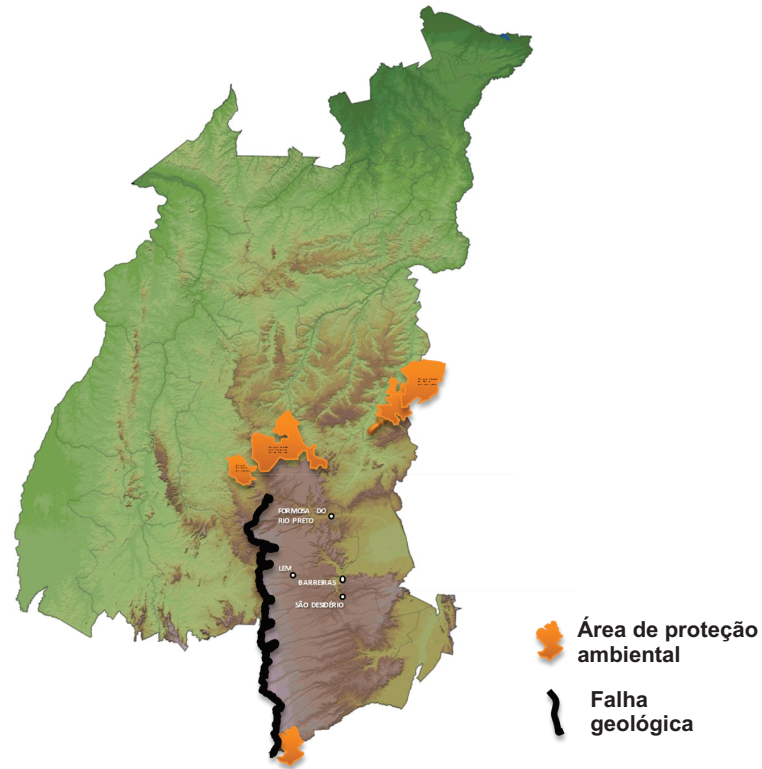


Figura 7: Barreiras físicas e institucionais no Matopiba

Fonte: Miranda (2015).

Bahia, sendo pouco expressivo nos demais municípios dessa região. A partir do ano 2000, já se identifica a intensificação da produção no Maranhão. Contudo, foi no ano de 2005 que se registrou a grande expansão da soja nos estados do Matopiba, conforme pode ser visualizado na figura a seguir.

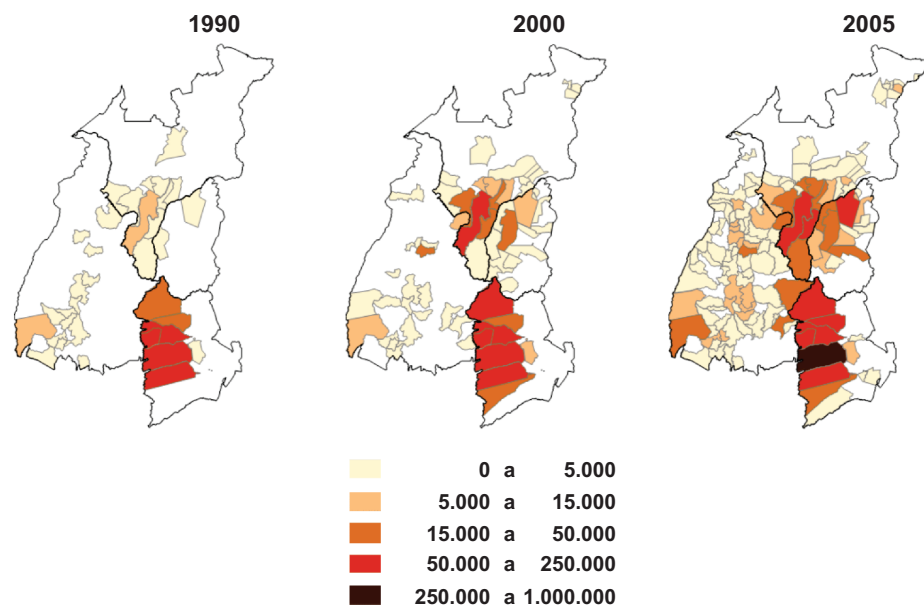


Figura 8: Área plantada com soja no Matopiba nos anos 1990, 2000 e 2005

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (2016).
 Elaboração própria.

Ao se analisar a área plantada no Matopiba em anos mais recentes – 2010 e 2015 –, observa-se que os municípios envolvidos são praticamente os mesmos desde 2005, ocorrendo a intensificação da área plantada em municípios com produção mais antiga, particularmente nos estados do Maranhão e Bahia. No oeste da Bahia verifica-se um adensamento da produção ao norte, com significativa participação do município de Formosa do Rio Preto, ao tempo em que a expansão da produção ocorre no sentido sul.

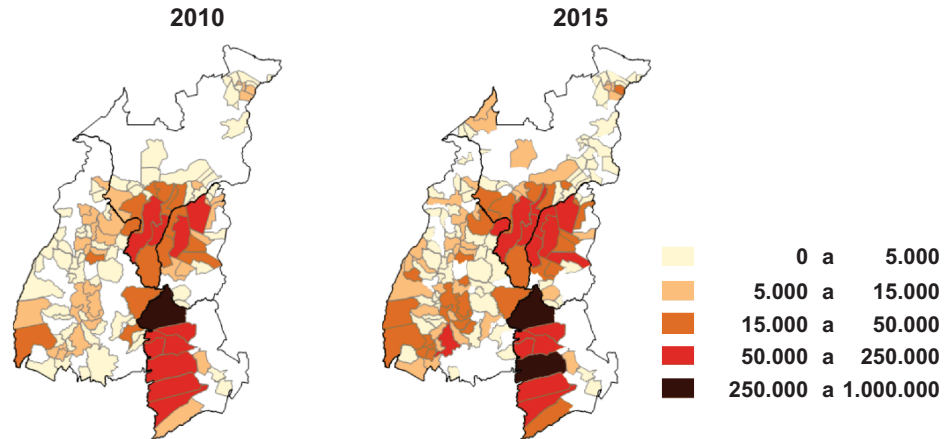


Figura 9: Área plantada com soja no Matopiba nos anos 2010 e 2015

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (2016).
Elaboração própria.

Assim, uma visão conjunta da evolução das áreas plantadas ao longo de 1990 a 2015, com base em uma superposição gráfica do período, aponta que os vetores de expansão das áreas cultivadas com soja no Matopiba – utilizando a base municipal, na qual as cores mais escuras indicam anos mais recentes– ocorrem no sentido do Tocantins e do norte do Maranhão, com registro de um pequeno vetor no sul da Bahia, conforme a figura a seguir.

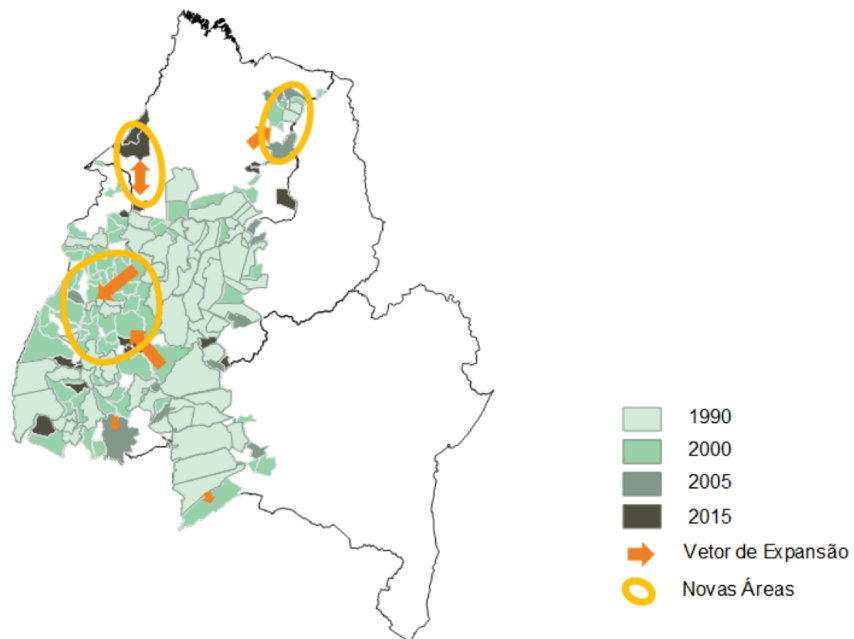


Figura 10: Área plantada com soja no Matopiba nos anos 1990, 2000, 2005 e 2015

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (2016).
Elaboração própria.

Conclui-se, portanto, que há uma forte tendência de crescimento da produção de soja no Matopiba em direção a áreas cada vez mais distantes do oeste baiano, longe dos possíveis centros ofertantes de serviços e comércio de suporte ao agronegócio dessa região, o que dificulta a sua disponibilidade para atender às demandas das áreas vizinhas. É bastante provável que as necessidades oriundas do desenvolvimento do agronegócio nessas novas áreas sejam atendidas por municípios situados em áreas mais próximas, possibilitando o surgimento de núcleos urbanos nas cercanias.

Por fim, dentro da perspectiva analítica sobre as inter-relações da rede de cidades, identificou-se que o oeste baiano se constitui em um espaço de baixa densidade de centros urbanos, exigindo grandes deslocamentos para a obtenção de serviços e infraestrutura. Por outro lado, embora exista uma vinculação hierárquica dessa região a Brasília, são frágeis as ligações entre os centros urbanos do oeste da Bahia e os demais nos outros espaços do Matopiba, diferentemente de Tocantins, onde Palmas está polarizada externamente por Goiânia.

Diante dos obstáculos já assinalados, torna-se difícil estabelecer estratégias que busquem desenvolver as atividades urbanas do oeste baiano, considerando como referência a dinâmica de expansão do cultivo da soja e os frágeis vínculos entre as cidades do oeste baiano com as demais áreas do Matopiba.

Vislumbra-se, assim, que as possibilidades de fortalecimento das cidades do agronegócio do oeste dependerão muito mais da dinâmica expansiva interna, ou seja, do agronegócio da própria região, do que das atividades desenvolvidas nas demais áreas do Matopiba. A expansão do comércio e dos serviços, estimulados pelo agronegócio de soja da própria Bahia, pode promover o desenvolvimento das cidades e de novas aglomerações urbanas no oeste, de modo que resulte em uma redefinição do próprio espaço urbano regional.

Do ponto de vista das atividades urbanas, observou-se no oeste uma expansão dos setores do comércio e de serviços, tal como aconteceu nas cidades do agronegócio do Mato Grosso. Em termos de ocupação, verificou-se uma mudança do perfil dos empregos, com um ganho de importância do comércio e dos serviços, como resultado do desenvolvimento do agronegócio regional, ao demandar os produtos necessários à sua cadeia produtiva, os quais são caracteristicamente urbanos.

Entretanto, há uma diferenciação entre os processos de desenvolvimento das cidades do oeste da Bahia e do Mato Grosso. Nesse último existe um maior grau de difusão das atividades urbanas que acompanha a expansão das áreas de plantio, proporcionando o surgimento/desenvolvimento de um número mais significativo de núcleos urbanos. Tal como foi demonstrado anteriormente, no Mato Grosso houve uma propagação das atividades de indústria e serviços a partir de Sinop, em direção a outras cidades, acompanhando o desenvolvimento do agronegócio na região. No caso do oeste baiano, Barreiras já exercia função semelhante à de Sinop, concentrando e adensando a oferta inicial de bens e serviços para o agronegócio de soja na Bahia, de forma associada aos serviços urbanos. Porém, o processo de especialização das outras cidades se mostrou limitado, implicando a expressiva predominância da cidade de Barreiras no contexto geral da oferta de serviços para a região.

Entretanto, Luís Eduardo Magalhães, resultante do desmembramento de Barreiras, emergiu como uma cidade típica do agronegócio, assumindo funções associadas ao atendimento das demandas da moderna agricultura de grãos e concentrando a oferta de bens e serviços característicos da referida atividade.

Essa diferenciação do desenvolvimento urbano associado ao agronegócio, entre a região oeste da Bahia e o Mato Grosso, deve-se, provavelmente, ao menor nível de maturidade das atividades do agronegócio da soja na região oeste. Além disso, a produção e a área plantada daquele estado são quatro vezes maiores que as do oeste, como mostram as informações da figura e do quadro a seguir.

Quadro 1 – Mato Grosso X Oeste Baiano – Padrões de ocupação regional e urbana

Padrão de Ocupação Regional	
Mato Grosso	Oeste da Bahia
45 municípios (área de 36,5 milhões de ha)	11 municípios (área de 8,7 milhões de ha)
Área plantada : 5,5 milhões de ha	Área plantada: 1,4 milhão de ha
Produção: 19,5 milhões de toneladas	Produção: 4,5 milhões de toneladas
Módulo urbano: 50 a 60 mil habitantes	Módulo urbano: 88 mil habitantes
Padrão de Ocupação Urbana	
Sinop foi o primeiro centro a se destacar e crescer com o desenvolvimento do agronegócio no estado porque já possuía uma estrutura de serviços.	Barreiras, cidade já existente, assume papel de centro regional e concentra a maior parte do comércio e serviços urbanos.
Entre as novas cidades existe uma especialização na oferta de serviços relacionados ao agronegócio.	Luís Eduardo Magalhães tem hegemonia das funções de atendimento às demandas do agronegócio.
O sistema viário regional exerceu importante papel na estruturação das cidades.	Surgem novos núcleos urbanos, que acompanham a expansão da produção agrícola.
	O sistema viário regional possui importante papel na estruturação das cidades.
Cidades do Agronegócio	
Mato Grosso	Oeste da Bahia
Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Campo Novo do Parecis, Primavera do Leste	Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, São Desidério







Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (2016). Elaboração própria.

Embora ainda bastante concentradas em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, as atividades tipicamente urbanas foram identificadas em todos os demais principais municípios da região (Correntina, Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves e São Desidério), sejam elas relacionadas ao agronegócio ou voltadas para o próprio consumo da população. Somado a isso, como foi apresentado anteriormente, apesar da expressiva concentração da população urbana nas cidades de Luís Eduardo Magalhães e Barreiras, observa-se um aumento do grau de urbanização em outros municípios da região, tais como Correntina e Formosa do Rio Preto.

Acompanhando o movimento de expansão da produção agrícola no oeste baiano, já se identificam algumas nucleações urbanas, situadas longitudinalmente na sua divisa oeste. O primeiro núcleo, em Formosa do Rio Preto, denominado Panambi, localiza-se próximo ao limite entre a Bahia e o Tocantins, em uma área de expansão e concentração de produção de soja e próxima da Rodovia BA-458. Apesar de pequeno, já apresenta padrões urbanísticos semelhantes aos encontrados nas típicas cidades do agronegócio do Mato Grosso, como Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso.

Observou-se também o surgimento de uma nova nucleação urbana – Rosário, em Correntina. Esse município apresenta participação na produção de soja semelhante à de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães e tem registrado elevação do grau de urbanização associado ao aumento das atividades urbanas de seus empregos. Além da produção de soja, grandes projetos de pecuária leiteira estão previstos em Correntina, o que também contribui para a dinamização das atividades

Quadro 2 – Cidades do Agronegócio do Mato Grosso e da Bahia

MATO GROSSO	BAHIA
<p>Lucas do Rio Verde</p> 	<p>PANAMBI (Formosa do Rio Preto)</p> 
<p>Nova Mutum</p> 	<p>RODA VELHA (São Desidério)</p> 
<p>Sorriso</p> 	<p>ROSÁRIO (Correntina)</p> 

Fonte: Elaboração própria com base no Google Earth.

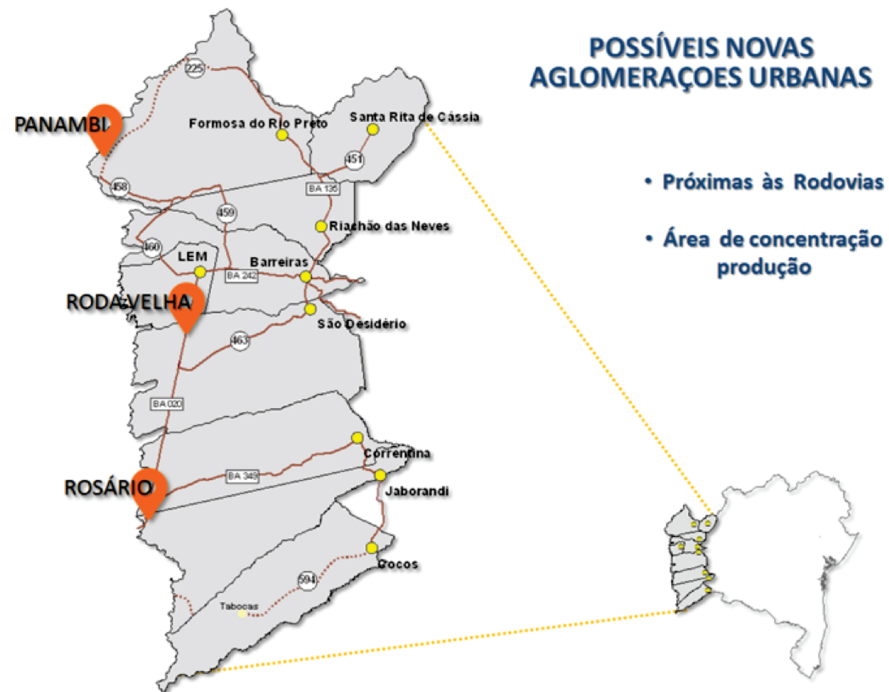


Figura 11: Localização dos novos núcleos urbanos no Oeste Baiano

Fonte: Elaboração própria.

econômicas de perfil urbano, como indústria e serviços. Tal como Panambi, o novo núcleo urbano de Rosário também se localiza em área de divisa estadual – nesse caso, com Goiás –, próxima a uma rodovia, e apresenta padrão urbanístico característico das cidades do agronegócio mato-grossense, apesar do menor porte.

Por fim, em São Desidério, segundo maior produtor de soja da região, foi identificado um terceiro núcleo, denominado Roda Velha. Apesar de esse município ter apresentado um ritmo menor no desenvolvimento do grau de urbanização e das atividades de natureza urbana, quando comparado com os demais da região, a nova nucleação urbana de Roda Velha está situada em uma área de concentração de plantio de soja e também possui características urbanísticas semelhantes às das cidades típicas do agronegócio.

O Quadro 2 e a Figura 11 abaixo ilustram os novos núcleos urbanos do oeste baiano e as cidades do agronegócio do Mato Grosso, mostrando suas semelhanças do ponto de vista urbanístico, apesar de seus menores portes.

Diante desse contexto de transformações econômicas e territoriais que ocorrem no oeste baiano, questionamentos são levantados sobre as formas de incentivar e oferecer suportes para o desenvolvimento desses processos na região. Discussões de natureza estratégica e política podem ser realizadas com o objetivo de refletir sobre as possíveis ações do Estado que fortaleçam a expansão das novas cidades.

Visando contribuir para o debate foram levantadas algumas questões.

- A expansão do agronegócio e o fortalecimento dos espaços urbanos no oeste podem estimular a criação de novos municípios?
- Quais os efeitos dessa dinâmica sobre as iniciativas separatistas na região? Haveria um estímulo ou enfraquecimento dessas ações?
- As novas ocupações e nucleações urbanas identificadas seriam oportunidades de ampliação e fortalecimento da presença do Estado em uma área de conflito de divisas?
- Quais as ações necessárias para fomentar o desenvolvimento urbano das cidades do oeste e atrair fluxos dos estados vizinhos?
- Quais ações de infraestrutura viária são necessárias para aumentar a integração do território baiano? Como articular essas ações com as políticas de atração de investimentos?
- Como conduzir politicamente as estratégias?

REFERÊNCIAS

ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BRASILEIRA DE GRÃOS. Brasília: CONAB, v. 3, n. 12, set. 2016. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16_09_06_09_03_20_boletim_12_setembro.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2017.

ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES E IRRIGANTES DA BAHIA. Panorama socioeconômico do agronegócio do Oeste da Bahia. Barreiras: AIBA, 2015. Disponível em: <www.aiba.org.br>. Acesso em: 1 mar. 2017.

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Estudo da rede urbana da Bahia: caracterização da rede urbana estadual e propostas de ações estratégicas: relatório final. Salvador: Sedur, 2010.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Política Agrícola. Projeções do agronegócio: Brasil 2015/2016 a 2025/2026: projeções de longo prazo. Brasília: MAPA, 2016. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/projecoes-do-agronegocio/proj_agronegocio2016.pdf/view>. Acesso em: 6 fev. 2017.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais - RAIS: 2015. Brasília: MTE, 2015. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/rais/>>. Acesso: 26 out. 2016.

CENSO DEMOGRÁFICO. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

CENSO DEMOGRÁFICO. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

CENSO DEMOGRÁFICO. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS (BA). Atlas pluviométrico do Brasil: isoietas anuais médias no período 1977 a 2006. Salvador: CPRM, 2011. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/media/hidrologia/mapas_publicacoes/atlas_pluviometrico_brasil/isoietas_totais_anuais_1977_2006.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2017

ELIAS, Denise. Agricultura e produção dos espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas. In: SPOSITO, M. E. (Org.). Cidades médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 113-138. (Coleção Geografia em Movimento).

ELIAS, Denise. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, Recife, v. 13, n. 2, p. 153-167, 2011.

ELIAS, Denise. Relações campo-cidade, reestruturação urbana e regional no Brasil. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 12., 2012, Bogotá. Anais... Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2012.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. (Re)estruturação urbana e desigualdades socioespaciais em região e cidade do agronegócio. GEOgraphia, Niterói, v. 17, n. 35, p. 10-39, 2015.

FRANCO, Cleiton; BONJOUR, Sandra C. M.; PEREIRA, Benedito D. A ocupação da avicultura de corte em Mato Grosso. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: SOBER, 2009. Disponível em: <www.sober.org.br/palestra/13/279.pdf>. Acesso em: 10 out. 2016.

FREDERICO, Samuel. As cidades do agronegócio na fronteira agrícola moderna brasileira. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, v. 1, n. 33, p. 5-23, 2011.

HAESBAERT, Rogério. Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EdUFF, 1997.

HIGA, Tereza Cristina C. Souza; ROMANCINI, Sônia Regina; NUNES, Maria Aparecida. Mato Grosso: dinâmica urbano-regional do Estado.

In: PEREIRA, Rafael Henrique M.; FURTADO, Bernardo Alves. Dinâmica urbano-regional: rede urbana e suas interfaces. Brasília: IPEA, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Produto interno bruto dos municípios: 2016. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas>>. Acesso em: 17 dez. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Regiões de influência das cidades: 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

MIRANDA, Evaristo Eduardo de. Caracterização territorial estratégica do Matopiba. Campinas: EMBRAPA, 2015. Versão 2.3. Disponível em: <https://www.embrapa.br/gite/projetos/matopiba/150211_MATOPIBA_v3.0_website.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2016.

OLIVEIRA, Márcia B.; CHAGAS, Selton E. A.; SOUZA, Josemara B. S. A importância regional de Sinop no norte mato-grossense. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 16., 2010, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: AGB, 2010. Disponível em: <www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=1430>. Acesso em: 28 set. 2016.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT; FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. Agricultural Outlook 2015-2024. Paris: OECD Publishing, 2015. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i4738e.pdf>>. Acesso em: 6 fev. 2017.

PEDREIRA, Márcia da S.; SANTOS, Nícia Moreira da S. Agronegócio e a dinâmica espacial: o caso do Oeste Baiano. In: SIMPÓSIO CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS DA BAHIA, 1., 2009, Salvador. Anais... Salvador: Igeo/UFBA, 2009. Disponível em: <<http://www.citeplan.geo.ufba.br/simpósio%20cidades%20medias>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

PESQUISA AGRÍCOLA MUNICIPAL - PAM: 2016. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>>. Acesso em: 24 out. 2016.

SANTOS FILHO, Milton; FERNANDES, Ana; ALMEIDA, Paulo Henrique de. A modernização do campo nos Cerrados Baianos. Espaço & Debates, São Paulo, n. 25, 1988.

UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE. Agricultural projections to 2024: long-term projections report OCE-2015-1. Washington, DC: USDA, 2015. 97 pp. Disponível em: <https://www.usda.gov/oce/commodity/projections/USDA_Agricultural_Projections_to_2024.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2017.